

UNIVERSIDADE FEDERAL DO MARANHÃO

DEPARTAMENTO DE ECONOMIA

CURSO DE CIÊNCIAS ECONÔMICAS

GESSI PEREIRA NUNES

***FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO EM
CELSO FURTADO.***

SÃO LUÍS

2019

GESSI PEREIRA NUNES

***FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO EM
CELSO FURTADO.***

Monografia apresentada ao Curso de Ciências
Econômicas da Universidade Federal do
Maranhão, para obtenção do grau de Bacharel
em Ciências Econômicas.

SÃO LUÍS

2019

Ficha gerada por meio do SIGAA/Biblioteca com dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Núcleo Integrado de Bibliotecas/UFMA

Pereira Nunes, Gessi. Formação econômica do Brasil - uma análise do discurso em Celso Furtado / Gessi Pereira Nunes. - 2019. 76 f.

Coorientador(a): Gessi Pereira Nunes.

Orientador(a): Luiz Eduardo Simões de Souza.

Monografia (Graduação) - Curso de Ciências Econômicas, Universidade Federal do Maranhão, SAO LUIS, 2019.

1. Brasil. 2. Economia. 3. História. I. Pereira Nunes, Gessi. II. Simões de Souza, Luiz Eduardo. III. Título.

GESSI PEREIRA NUNES

***FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL: UMA ANÁLISE DO DISCURSO EM
CELSO FURTADO.***

Monografia final de Conclusão de Curso
apresentada ao Departamento de Economia da
Universidade Federal do Maranhão (UFMA).

**Orientador(a): Prof. Dr. Luiz Eduardo
Simões de Souza.**

Em São Luís: ____/____/____

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Luiz Eduardo Simões de Souza (orientador)

Prof.^a Dra. Maria de Fátima Silva do Carmo Previdelli (examinadora)

Prof. Dr. Heric Santos Hossoe (examinador)

A economia é uma virtude distributiva e consiste não em poupar mas em escolher.

Edmund Burke.

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade analisar a abordagem histórico-estruturalista no discurso econômico de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, identificando a estrutura utilizada pelo autor para conduzir sua obra além de ressaltar suas influências para fundamentação da sua abordagem teórica sobre o desenvolvimento e o subdesenvolvimento. A pesquisa deu-se através de pesquisa biográfica, bibliográfica e documental, a partir do estudo da sua trajetória intelectual acerca da temática da ação, desde o início de sua trajetória, considerando a publicação de *Formação Econômica do Brasil* em 1959, período que abrange suas primeiras reflexões teóricas e de ações públicas efetivas, até sua morte, em 2004. Sobre a contribuição de Celso Furtado à historiografia econômica brasileira, há um duplo transbordamento da relevância para suas bases, tanto na trajetória intelectual do economista, como em sua obra mais conhecida, considerando que seu estudo contribuiu para a compreensão das causas e proposição da superação do subdesenvolvimento no país e na América Latina, evidenciando sua importância para a CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe.

Palavras-Chave: História. Economia. Brasil. Subdesenvolvimento. Industrialização.

ABSTRACT

This work aims to analyze the historical-structuralist approach in the economic discourse of Celso Furtado in *Economic Formation of Brazil*, identifying the structure used by the author to conduct his work and highlight his influences to justify his theoretical approach to development and underdevelopment. The research was carried out through biographical, bibliographical and documentary research, starting from the study of its intellectual trajectory on the subject of action, from the beginning of his trajectory, considering the publication of *Economic Training of Brazil* in 1959, period that covers his first theoretical reflections and effective public actions, until his death on 2004. On Celso Furtado's contribution to Brazilian economic historiography, there is a double overflow of relevance to his bases, both in the intellectual trajectory of the economist and in his best known work, considering that his study contributed to the understanding of the causes and proposition of overcoming the underdevelopment in the country and in Latin America, highlighting its importance for ECLAC - Economic Commission for Latin America and the Caribbean.

Keywords: History. Economy. Brazil. Underdevelopment. Industrialization.

LISTA DE SIGLAS

ABL – Academia Brasileira de Letras

BNDE – Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico

CEPAL – Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe

EUA – Estados Unidos da América

FEB – Formação Econômica do Brasil.

GTND – Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste

MDB – Movimento Democrático Brasileiro

ONU – Organização das Nações Unidas

PMDB – Partido do Movimento Democrático Brasileiro

SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

UFMG – Universidade Federal de Campina Grande

UNESCO – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

UNESP – Universidade Estadual de São Paulo

UNICAMP – Universidade de Campinas

AGRADECIMENTOS

Diante de todo processo transcorrido na produção deste trabalho acadêmico, considero de suma importância ressaltar a relevância de algumas pessoas que se tornaram imprescindíveis na conferência de meios e até mesmo motivação para que eu chegasse neste ponto. Sem elas, certamente o caminho não seria translucido, mas sim obscuro diante de todos os empecilhos que os estudantes necessitam lidar para alcançar o tão sonhando desejo da excelência acadêmica.

Expondo tais detalhes, gostaria de iniciar os agradecimentos com a inserção dos devidos créditos ao meu amado pai, Evandro Nunes da Silva, escritor de excelência e relevância no cenário nacional, que desde cedo despertou em mim, filha rebelde, o prazer da leitura e questionamento acerca das informações. Nada disso seria possível sem a ajuda desse homem que tanto batalhou para jamais deixar que nada faltasse aos filhos. Assim sendo, dedico-lhe este trabalho, bem como todo o tempo que me dediquei ao longo destes quatro anos, na tentativa de deixá-lo orgulhoso e em paz mediante meu êxito nesta empreitada.

Ademais, gostaria de agradecer a minha grande amiga e irmã, Leticia Fernanda, que sempre esteve ao meu lado ao longo desses percursos, aconselhando-me e encaminhando minhas reflexões às melhores escolhas. Ressalto ainda a participação recente, porém não menos importante de Nathalia Rissane no decorrer da minha rotina, que me auxiliou nos momentos de altos e baixos, se tornando uma grata surpresa advinda do ambiente corporativo que levo para a vida.

Agradeço também ao casal de excelentes profissionais da advocacia e amigos próximos, Artur Mello e Ana Paula Galvão pelo suporte tanto pessoal quanto acadêmico, além da concessão de seu espaço de trabalho para a elaboração – mesmo que em desespero regido pela sinfonia do caos – desse trabalho. Ressalto ainda que esse casal acabou se transformando em uma inesgotável fonte de inspiração, tanto para o presente quanto para o futuro profissional e pessoal, constituindo peça fundamental dessas

engrenagens e me conferindo esperanças de encontrar, um dia, o amor verdadeiro durante o tão sonhado processo de doutoramento.

Gostaria por fim, de agradecer a todo o corpo docente do Departamento de Economia da Universidade Federal do Maranhão que me apresentou com conhecimento, questionamento e árdua cobrança. Pude concluir que mesmo com a desesperança e as sombras que cercam o momento político e cultural da sociedade atual, a devoção e dedicação dos professores ainda são armas de grande força para reverter a ignorância e submissão do pensamento do indivíduo. Sem eles, os professores, nada seria possível.

Por fim, ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Eduardo, responsável pela minha expansão libertadora de ambição no meio acadêmico, agradeço a paciência e a perseverança. Obrigada!

Sumário	Página
Introdução	12
2. O Autor e a Obra	21
2.1. Notas Biográficas	21
2.2. Notas Bibliográficas	23
2.2.1. Primeira Fase: 1944 - 1959	23
2.2.2. Segunda Fase: 1959 - 1973	25
2.2.3. Terceira Fase: 1973 - 1986	27
2.2.4. Quarta Fase: 1986 - 2005	30
2.3. A Importância de Celso Furtado no Pensamento Econômico e Social	33
3. Formação Econômica do Brasil, o livro	38
3.1. Contexto	38
3.2. Estrutura da Obra	39
3.2.1. Parte I – Fundamentos Econômicos da Ocupação Territorial	39
3.2.2. Parte II – Economia Escravista e Agricultura Tropical – séculos XVI e XVII	41
3.2.3. Parte III – Economia Escravista Mineira – século XVII	44
3.2.4. Parte IV – Economia de Transição para o Trabalho Assalariado – século XIX	45
3.2.5. Parte V – Economia de Transição para um Sistema Industrial – século XX	49
3.3. Caráter Geral da Obra Formação Econômica do Brasil	52
3.3.1. Formação Econômica do Brasil e o Subdesenvolvimento	52
3.3.2. Como superar o subdesenvolvimento; o plano furtadiano	59
3.3.3. Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil e o Pensamento Cepalino	63
4. Considerações Finais	66
Referências	70

1. INTRODUÇÃO

Formação Econômica do Brasil, de Celso Furtado (1920 – 2004) pode ser apontada sem maiores questionamentos como uma das mais importantes obras escritas em língua portuguesa. Reconhecida em seu caráter único de “interpretação econômica contemporânea da formação histórica da economia brasileira”, da parte de intelectuais como Fernand Braudel, a obra, composta em Cambridge, entre o final da Segunda Guerra e meados dos anos 1950, a partir do trabalho de doutoramento de Celso Furtado, adquiriu dimensão própria, definindo não apenas paradigmas interpretativos da formação econômica brasileira, mas também agendas de pesquisa, e até mesmo grades curriculares de ensino superior nos países de língua latina.

Caracterizada como um ensaio de aplicação do estado-da-arte da teoria econômica de sua época (1958) à história econômica do Brasil, a obra mais conhecida de Celso Furtado marca também a consolidação do discurso econômico de cunho estruturalista que marcaria não apenas o todo da obra furtadiana, mas também uma escola de pensamento econômico – a Comissão Econômica Para o Desenvolvimento da América Latina (e, posteriormente, do Caribe), CEPAL – e maneira singular de expressão do discurso da análise e política econômica. Estudar o papel de *Formação Econômica do Brasil* na constituição desse discurso, em Celso Furtado e na área de influência que o economista exerceu ao longo de sua trajetória intelectual, constitui, assim, a proposta desta monografia.

De acordo com Cêpeda¹:

A obra de Furtado é considerada como exponencial no grupo daqueles autores que ficaram conhecidos como intérpretes do Brasil, como clássicos do pensamento social brasileiro ou expoentes da intelligentsia. Os elementos que levam ao reconhecimento do destaque intelectual de Celso Furtado nesse cenário são muitos e modificaram-se, também, ao longo de mais de meio século de produção acadêmica, ajustando-se ao contexto histórico e ao papel passível de ser desempenhado pela teoria de Celso Furtado em cada situação. (CÊPEDA, 2012, p. 90).

Segundo a autora, há um momento importante da recepção da obra de Celso Furtado no ambiente das ciências sociais brasileiras. Esse momento seria de grande valia

1 Sinais Sociais | RIO DE JANEIRO | v.7 n°19 | p. 88-119 | maio > agosto 2012.

para o que se pretende estudar. Nele, situado entre as décadas de 1950 e 1960, estaria uma primeira fase da produção intelectual de Celso Furtado, na qual ele se apresenta como intérprete do Brasil e propositor de mudanças sociais. (CEPÊDA, 2012, p. 91).

Sabe-se que *Formação Econômica do Brasil* foi uma obra concebida entre 1940 e 1950 no *King's College*, em Cambridge, na Inglaterra, mas que carrega reflexões e estudos de Furtado ao longo dos anos, como mostram as notas de rodapé que se apresentam nos diversos capítulos da referida obra. Furtado sempre foi, assim, um intérprete da realidade brasileira, a partir das perspectivas de sua história e economia.

Celso Furtado pode ser considerado um dos fundadores da historiografia brasileira moderna, acompanhado de Roberto C. Simonsen, Caio Prado Júnior e Alice P. Canabrava (SZMRECSÁNYI, 2005) não só por *Formação Econômica do Brasil*, mas também por vários outros trabalhos. Furtado foi um escritor profícuo, tendo se tornado, em 1997, membro da Academia Brasileira de Letras.

Formação Econômica do Brasil é considerado um marco da literatura econômica, dada sua combinação de história e economia a fim de fornecer uma ampla visão da sociedade brasileira. Uma das primeiras publicações no exterior a respeito de *Formação Econômica do Brasil*, foi a resenha da obra feita por Allen H. Lester, em 1960, e publicada na *American Economic Review*. É interessante observar as impressões do autor a respeito da obra de Furtado, já que ele considera que para os economistas de língua inglesa, o interesse do livro reside na apreciação da influência de vários fatores (políticos, sociais, geográficos, fiscais, monetários) a respeito do crescimento econômico e a formação de capital no Brasil.

Lester também se mostra surpreso com a engenhosidade de Celso Furtado no que diz respeito ao desenvolvimento de estimativas estatísticas a partir de dados existentes (com suas lacunas), mas indica que elas são explicadas, mesmo que isto demande um pouco de esforço na leitura. É interessante observar, também, como o autor da resenha, deu valor às notas de rodapé colocadas por Furtado ao longo de todo o livro, indicando que o detalhamento das fontes nas notas mostra o zelo de Furtado ao escrever o livro.

Formação Econômica do Brasil teve alcance internacional com traduções para diversas línguas: espanhol (1962), inglês (1963), polonês (1967, com prefácio do economista Ignacy Sachs), italiano (1970, com prefácio do historiador Ruggiero

Romano), japonês (1972), francês (1972, com prefácio do historiador Frederick Mauro), alemão (1975), romeno (2000) e mandarim (2002).

O reconhecimento do lugar e do papel da obra mais conhecida de Celso Furtado dentro da historiografia econômica é, assim, de ampla ciência. Como exemplo desse reconhecimento, é possível citar-se a referência de Francisco Iglésias:

Tratando de História Econômica, o autor usa o aparelho conceitual da economia, com notável resultado. Mais interpretativo que informativo, dá uma visão profunda da evolução do país sob o ângulo econômico, com boas inclinações políticas. (IGLESIAS, 1995, p. 302).

Historiadores e economistas reconhecem, há muito, a importância do conhecimento e de novas ideias para a discussão de tópicos em História, Economia e demais humanidades e ciências sociais que tangenciem os temas do crescimento e desenvolvimento econômicos em perspectiva histórico-econômica.

A historiografia econômica e o pensamento econômico brasileiros merecem, assim, um estudo a respeito de como as ideias de Celso Furtado, com ênfase na obra *Formação Econômica do Brasil*, foram recebidas, enquanto discurso econômico e construção cultural, sob o dialeto do *desenvolvimentismo*.

A obra de Celso Furtado está estruturada na historiografia econômica brasileira, dentro do método histórico-estrutural, como afirma Bielschowsky:

El sistema analítico de la CEPAL se basa em el método “histórico-estrutural”, dedicado al examen de las especificidades productivas, sociales, institucionales y de inserción internacional de los países de América Latina y el Caribe, em su carácter de “periféricos”, examinadas em contraposición com las características de las economías “centrales”, y observadas desde la perspectiva prioritária de su transformación a mediano y largo plazo[...]. (BIELSCHOWSKY, 1998-2008, p.20).²

Dentre as considerações acerca de sua relevância, é possível citar outra referência de Bielschowsky:

2 O sistema analítico da CEPAL baseia-se no método "histórico-estrutural", dedicado ao exame das características produtivas, sociais, institucionais e de inserção internacional dos países da América Latina e do Caribe, como "periféricas", examinados em contraste com as características das economias "centrais", e observadas a partir da perspectiva primária de sua transformação em médio e longo prazo [...].(BIELSCHOWSKY, 1998-2008, p.20, tradução nossa).

El método histórico-estructural permite una fértil interacción entre los enfoques deductivo e histórico-interpretativo, atento a las trayectorias de los agentes y las instituciones, y al diálogo permanente entre las formulaciones teóricas y los cambios históricos. El libro de Furtado (1959) sobre la formación económica de Brasil es, posiblemente, la referencia más importante em cuanto a la utilización del método em el estudio de la historia. (BIELSCHOWSKY ,1998-2008, p.20).³

Sobre o Discurso Econômico, presente na construção do pensamento intelectual de Celso Furtado, o autor menciona no capítulo “*Aventuras de um economista brasileiro*”, do livro *Obra autobiográfica de Celso Furtado*, que fora na região do nordeste brasileiro, onde nasceu, que descobriu a biblioteca paternal, despertando assim seu primeiro fascínio intelectual, a História.

Mediante tal encantamento, Furtado levou a História como base para os seus estudos, uma permanência metodológica perceptível em toda sua produção. A influência foi considerada intensa pelo próprio autor, que chegou a afirmar que:

O contato com a Sociologia norte-americana corrigiu os excessos do meu historicismo. (FURTADO, 1998, p. 9).

Em sua obra autobiográfica, Furtado indica que:

Foi lendo a História do Socialismo e das Lutas Sociais, de Max Beer, que me dei conta pela primeira vez de que a busca de um sentido para a história era uma atividade intelectual perfeitamente válida. Na sociedade estratificada e parada do tempo em que eu vivia, a ideia de que as formas sociais são históricas, portanto, podem ser superadas, permitia ver o mundo com outros olhos. Essa ideia, ligada à do conhecimento como arma do progresso, que vinha do positivismo, compôs no meu espírito uma certa visão do homem em face da história. Essa ideia permitia superar o círculo fechado do fatalismo e do absurdo, e ao mesmo tempo desembocava numa responsabilidade moral. (FURTADO, 1997, p. 15).

Sobre a perspectiva histórica na construção do discurso econômico, cabe destacar Leda Maria Paulani⁴, em sua análise sobre a ciência econômica e os modelos de explicação científica, para além da dicotomia da dedução *versus* indução:

[...]portanto, trazer para o centro do debate as raízes materiais da produção do discurso econômico. Elas nos mostrarão os vínculos entre esse tipo de conhecimento e o solo social que o produziu. Essa mudança de paradigma em

3 O método histórico-estructural permite uma interação fértil entre abordagens dedutivas e histórico-interpretativas, atentas aos traços de agentes e instituições, e ao diálogo permanente entre as formulações teóricas e as mudanças históricas. O livro de Furtado (1959) sobre a formação econômica do Brasil é, possivelmente, a referência mais importante sobre o uso do método na história da história. (BIELSCHOWSKY ,1998-2008, p.20, tradução nossa).

4 Revista de Economia Política 30 (1), 2010.

direção ao materialismo permite-nos ir além da dicotomia “dedução x indução” e trazer outros elementos para a análise da questão. (PAULANI, 2010, p. 38).

Segundo Paulani, Marx foi o fundador do materialismo histórico ao “enfrentar a fragmentação do homem novo que nascia implicava criticar o discurso do entendimento e as oposições filosóficas características dos sistemas modernos: natureza e espírito, eu e não eu, finito e infinito”. (PAULANI, 2010, p. 38). Conclui ainda que o conhecimento produzido por meio desse modelo:

[...]nunca pode ser visto como produto de si mesmo ou do desenvolvimento geral do espírito humano. Ele tem que ser visto, antes de mais nada, como produto social, como produto histórico, de modo que a ideologia pode tanto ser uma visão distorcida dessa história quanto uma abstração completa dela. (PAULANI, 2010, p. 39).

Sobre o Positivismo, segundo pilar influenciador de Furtado, o autor inferiu que:

A primazia da razão, a ideia de que todo conhecimento em sua forma superior se apresenta como conhecimento científico, a ligação entre conhecimento e progresso, tudo isso se me impregnou como evidente. (FURTADO, 1997, p. 15).

Acerca dos modelos de argumentos que podem ser considerados científicos dentro da perspectiva do positivismo, cabe destacar, segundo Leda Maria Paulani:

O modelo dedutivo-nomológico, típico da lógica e da matemática, o modelo indutivo-probabilístico, típico da química, o modelo funcional ou teleológico, típico da biologia, e o modelo genético, típico da linguística e da história. O modelo indutivo-probabilístico é visto também como um corpo de regras que deve ordenar toda a atividade experimental das chamadas ciências. Não por acaso, esse modelo praticamente se fundiu com o primeiro, gerando o modelo hipotético-dedutivo, que é hoje tomado como o paradigma maior das explicações científicas. (PAULANI, 2010, p. 28-29).

Assim, é possível afirmar que *Formação Econômica do Brasil* apoia-se em três pilares fundamentais, os quais iniciam pela referência à teoria econômica de sua época, marcada pelas contribuições não apenas neoclássicas, mas marxistas, keynesianas e schumpeterianas, tendo Marx não exercido no campo histórico influencia tão grande quanto Keynes exerceu no campo econômico. Segundo o autor:

A influência da obra de Keynes foi igualmente decisiva para mim. Compreendo que toda decisão econômica envolve o exercício de uma forma de poder – é algo que derivei das reflexões de Marx. A isso devo que a visão do mundo econômico como um conjunto de automatismos, marca do pensamento neoclássico, me haja sido totalmente estranha. Nada é tão esterilizante, para o economista que se interessa pelos problemas do subdesenvolvimento, quanto essa visão. Contudo, não basta a ideia de poder, tal qual o exerce compulsivamente o capitalista. O poder também deve existir como um sistema. E, na economia capitalista, os centros de decisão mais

importantes desse sistema se situam no Estado. Essa ideia de que a economia capitalista não poderia operar sem um certo grau de centralização de decisões, ou seja, sem uma estrutura superior de poder (todo capitalismo é em certo grau um capitalismo de Estado), derivei-a da leitura de Keynes. Graças a ela, pude compreender muito cedo o fenômeno da dependência econômica em sua natureza estrutural. (FURTADO, 1997, p. 21).

Em seguida, tem-se a incorporação do sistema de pensamento estruturalista, consolidado nas Humanidades e Ciências Sociais desde o início do século XX, com uma profunda influência da sociologia compreensiva alemã weberiana:

A sociologia do conhecimento era uma forma de ligar a atividade intelectual do homem à história. Com efeito, o desejo de vincular a atividade intelectual criadora à história será o ponto de partida de meu interesse pelas ciências sociais. Já não se tratava de ler livros de ciências sociais, e sim de buscar neles meios para atuar. Contudo, essa influência não anulará a outra, de raiz positivista, segundo a qual grande parte do que concerne ao comportamento dos homens, individual e socialmente, pode ser objeto de conhecimento científico não distinto do que temos do mundo exterior ao homem. Assim, a ruptura epistemológica entre conhecimento científico e conhecimento ideológico sempre me pareceu clara. (FURTADO, 1997, p. 16-17).

Menciona ainda que o enfoque da sociologia tornava possível a “utilização de esquemas teóricos sem preconceitos de raça, clima e cultura, ao contrário de modelos conservadores que tornavam sólido o fatalismo isento de mobilidade”. (FURTADO, 1997, p. 17).

Por fim, tem-se a problematização da questão nacional brasileira, não mais como o projeto de integração nacional, mas sim, como uma iniciativa de compreensão da realidade econômica e social brasileira a partir de sua história. Dessa forma, Furtado demonstra que buscava estudar as causas que impediam o processo de desenvolvimento da nação, em consonância com as medidas de superação do subdesenvolvimento e alcance do desenvolvimento. Tal argumento pode ser solidificado na medida que se alisa seu discurso, além de sua colocação como homem atuante na esfera pública. De acordo com o intelectual:

Em realidade, o ponto de partida e a preocupação permanente foi o processo brasileiro, objeto já de minha tese, preparada sob a direção do professor Maurice Byé na Faculdade de Direito da Universidade de Paris e defendida em 1948. Um ano depois da tese, a qual se limitara a estudar a fase açucareira da economia colonial brasileira, publiquei meu primeiro estudo analítico das transformações da economia brasileira no século atual [século XX]. Nesse ensaio estão os germes do que seria, dez anos depois, meu Formação Econômica do Brasil. O esforço para compreender o atraso brasileiro levou-me a pensar na especificidade do subdesenvolvimento. A ideia de que

desenvolvimento e subdesenvolvimento são dois processos integrados, que se apresentam conjuntamente na evolução do capitalismo industrial, formulei-a em uma tese de aspirante a professor, apresentada na Universidade do Brasil em 1958. Convenci-me desde então de que o atual subdesenvolvimento é a resultante de um processo de dependência, e que para compreender esse fenômeno era necessário estudar a estrutura do sistema global: identificar as invariâncias no quadro de sua história. Mas o objetivo final era compreender as razões do atraso de um país que reunia as potencialidades do Brasil. (FURTADO, 1997, p. 21-22).

Para Vera Alves Cêpeda, o método utilizado por Furtado expressa um momento específico na produção científica:

O modelo teórico-metodológico da Cepal e de Celso Furtado, as correntes marxistas brasileiras, a assimilação dos postulados keynesianos e a aplicação do modelo de sociologia do desenvolvimento de base manheimiana (sociologia sistemática) são expressões de um momento da produção científica brasileira e latino-americana em que o problema da formação só podia ser alcançado por uma história que se debruçasse sobre cenários, alternativas e escolhas políticas especiais para o contexto periférico. (CÊPEDA, 2012, p. 102).

Sobre o alcance do método introduzido por Celso Furtado, Ricardo Bielschowsky diz:

Ao aceitar o desafio de responder esse tipo de questão, aprofundando-se no estudo da história econômica do Brasil, Furtado alcançou um resultado duplamente feliz: em primeiro lugar, deu uma resposta a essa e outra indagações básicas, através de uma abrangente explicação estruturalista da formação econômica do país; e, em segundo, ao fazê-lo, conferiu definitiva legitimidade à abordagem no Brasil. Mais ainda, criou uma metodologia estruturalista de análise da história de países periféricos, desvendando um alcance analítico da abordagem estruturalista que causou admiração aos próprios economistas da escola cepalina. (BIELSCHOWSKY, 1988, p.163).

Enquanto historiador econômico, conforme Bresser-Pereira e Rego, o intelectual Celso Furtado foi:

(...) um economista do que um historiador. Ele não narra a história da economia brasileira, ele a analisa. Ninguém fez com mais brilho o uso da teoria econômica para entender a evolução da economia brasileira do que Furtado em *Formação Econômica do Brasil* (1959). (L.C BRESSER-PEREIRA e J.M. REGO, 2001 p. 30).

Isto posto, a hipótese desta monografia é a de que existiria um caráter precursor no discurso econômico – ligado à política econômica – em *Formação Econômica do*

Brasil, que tornaria essa obra única não apenas na produção de Celso Furtado, mas também na historiografia e no pensamento econômico.

Ao estruturar a hipótese da elaboração científica, o objetivo geral do trabalho busca a abordagem da análise do discurso de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil* em sua metodologia histórico-estrutural e sua influência nos campos das ciências econômicas e historiográficas.

Dentre os objetivos específicos, destacam-se os seguintes caminhos investigativos:

- Estudo investigativo da biografia técnico-econômica do autor para a construção do seu pensamento;
- Análise do discurso de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*;
- Averiguar a relevância de *Formação Econômica do Brasil* no legado literário e intelectual de Celso Furtado;
- Captar a influência de *Formação Econômica do Brasil* na inclusão da abordagem histórica frente a teoria da dependência da CEPAL;
- Algumas considerações sobre as causas e as formas de superação do subdesenvolvimento nacional utilizando as contribuições do discurso de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*.

A pesquisa se justifica mediante a necessidade de averiguação do discurso econômico utilizado por Celso Furtado e de sua influência após a publicação de *FEB* no pensamento político dominante no Brasil e na América Latina, no que diz respeito à temática dos fatores que acarretam no subdesenvolvimento das nações, a exemplificar, o Brasil. A contribuição teórica, dessa forma, expande-se também ao campo da ação, uma vez que a pesquisa ocorre no sentido de fornecer à política econômica reflexões sobre os meios levantados por Furtado de se alcançar os processos de modernização e desenvolvimento, distinguindo seus estudos no pensamento econômico nacional até então estabelecido.

A metodologia de abordagem a ser utilizada perpassa a pesquisa bibliográfica do autor e documental de obras literárias especializadas em Economia, monografias, teses, dissertações, artigos, ensaios, dentre outros que fomentam a análise da temática referente ao discurso econômico e ao discurso furtadiano.

O método básico a ser adotado é o da análise histórica e historiográfica. Sobre isso, diz François Simiand:

“Considerado em sua essência, o chamado método histórico é um processo de conhecimento experimental *indireto* no tempo ou no espaço, de conhecimento de um fato obtido por intermédio de um outro espírito. Ele pode ser indireto no espaço ou no tempo, embora o processo lógico seja o mesmo nos dois casos. É desta forma que o método é entendido e empregado em todas as ciências positivas, mas com a particularidade que, nestas últimas, ele não é o único e comporta um procedimento seguro de controle do início do trabalho ou da constatação primeira.” (SIMIAND, 2003, p. 27-28):

A definição desse método como histórico, para Simiand, se dá por sua relação com os acontecimentos passados, produzidos uma única vez e que não se repetem. Isso faz com que esse modo de conhecimento, para Simiand, torne-se “o único possível”, excetuando-se os fatos constatados diretamente pelo próprio historiador, através das fontes documentais. No caso desta pesquisa, foram usadas a bibliografia de Celso Furtado, as biografias a seu respeito, e as obras que estudam historiograficamente sua produção intelectual.

Para chegar ao objetivo almejado, esta monografia estrutura-se da seguinte forma: na introdução, junto à apresentação do problema a ser estudado, destaca-se *Formação Econômica do Brasil* no cenário político, social e estrutural do país e da América Latina.

No segundo capítulo, em sua primeira parte é exposto uma breve biografia de Celso Furtado, constatando que desde o início de sua trajetória intelectual o autor já vislumbrava a necessidade de reformas na esfera política como forma de superar as condições impostas pelo subdesenvolvimento, além da sua preocupação com as diferenças econômicas regionais, que esboçava as bases para a criação de projetos de desenvolvimento voltados à região Nordeste e a igualdade social.

Na segunda parte do segundo capítulo, é exposto um apanhado das obras publicadas pelo autor, bem como descrito os momentos de influência do seu referencial teórico nas concepções de desenvolvimento e subdesenvolvimento. Dar-se-á destaque, nesse sentido, a dimensão de *Formação Econômica do Brasil* na bibliografia técnico-científica do intelectual, ressaltando os pontos que o tornam relevantes para o pensamento econômico e social.

No terceiro capítulo é executada a análise da obra *Formação Econômica do Brasil*, expondo seus principais pontos e elementos, sendo sua aplicabilidade no discurso econômico voltado ao subdesenvolvimento aqui estudado mais a fundo por meio dos aspectos de análise do discurso e aspectos dialógicos, culminando na sua representatividade como obra literária.

Ao final, apresentam-se algumas considerações sobre a obra *Formação Econômica do Brasil* nas suas contribuições para a compreensão das causas do subdesenvolvimento no país, dando ênfase também a sua importância para a CEPAL - Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe na consolidação da teoria da dependência.

2. O AUTOR E O LIVRO

2.1. NOTAS BIOGRÁFICAS

Celso Furtado nasceu na cidade de Pombal, no estado da Paraíba, em 26 de julho de 1920. O Nordeste, onde nasceu e viveu a sua infância e adolescência, era configurado como uma região marcada por conflitos e rivalidades entre grupos políticos e famílias locais dominantes. Região caracterizada por histórias de violência, de arbitrariedades, fatalidades e incertezas, além dos problemas climáticos marcados pela seca e estiagem.

Estudou no Liceu Paraibano, oportunidade esta que lhe foi possibilitada pela mudança de sua família para a capital do estado quando ele tinha sete anos. Sua trajetória de estudos o levou ainda a frequentar o Ginásio Pernambucano em Recife e a Faculdade Nacional de Direito da Universidade Federal do Rio de Janeiro, tendo aí iniciado os estudos jurídicos no ano de 1939, e concluído em 1944.

Outro fato de extrema relevância é que, após a conclusão do curso de Direito, foi convocado para servir a Força Expedicionária Brasileira, na Itália durante o período da Segunda Guerra Mundial. É nesse tempo que se lança aos estudos da ciência que marcarão sua vida profissional, ingressando no Doutorado de Economia, na Universidade de Sorbonne, em Paris, academia essa onde defendeu, em 1948, a tese *A Economia Brasileira no Período Colonial*. Ao retornar ao Brasil, passou a trabalhar na Fundação Getúlio Vargas, no Rio de Janeiro.

No ano de 1949, tornou-se o diretor da divisão de Desenvolvimento da Comissão Econômica para a América Latina e o Caribe - CEPAL, em Santiago, no Chile. Atuando no grupo sob a direção do economista argentino Raúl Prebisch, Furtado compôs o núcleo duro do pensamento estruturalista sobre a realidade social e econômica da América Latina até 1957.

Ainda em 1957, Furtado ingressa na Pós-Graduação em King's College da Universidade de Cambridge, Inglaterra, onde escreve *Formação Econômica do Brasil*, publicada em 1959, originária de uma análise de dez anos sobre a realidade econômica brasileira. De acordo com o autor:

Quando fui para Cambridge poderia ter feito outro doutorado, mas preferi aproveitar meu tempo fazendo outra coisa. Foi nas horas vagas que escrevi a *Formação Econômica do Brasil* [1959], quer dizer, aproveitei meu tempo. [...]. (BIDERMAN, COZAC e REGO, 1997 p. 71)

Furtado foi ainda diretor do Banco Nacional do Desenvolvimento Econômico (BNDE) nos anos 1950, tendo inclusive participado do convênio entre tal banco e a CEPAL, através do grupo misto que se criou a partir de tal aliança, elaborou o um trabalho que embasou o Plano de Metas (1958) do governo Juscelino Kubitschek. Naquela época, Furtado teria recebido do governo Kubitschek a primeira iniciativa de desenvolvimento regional da história do planejamento brasileiro, a Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste, SUDENE.

Em 1960, torna-se o Superintendente da SUDENE, e em 1962 ocupara o cargo do Ministério de Planejamento do governo de João Goulart (1962 – 1964), tendo elaborado o Plano Trienal, em 1963. Quando a ditadura militar se instalou em 1964, Furtado teve seus direitos políticos cassados durante 10 anos, tornando-se assim um exilado. Inicialmente, deslocou-se até o Chile, país este em que ficou até setembro do mesmo ano. Ingressou como pesquisador do Centro de Estudo do Desenvolvimento da Universidade de Yale, passando assim a morar nos Estados Unidos até 1965.

O economista também ministrou aulas em Sorbonne, de 1965 a 1985. Durante esse período, viajou por diversos países, atuando como professor visitante, em Universidades como American University e Columbia nos EUA, e Cambridge, na Inglaterra e. Após a anistia e a recuperação de seus direitos políticos, passou a ter várias viagens de visita ao Brasil, fato este que permitiu com que atuasse no que se refere à economia nacional.

Em 1986, Celso Furtado seria convidado a chefiar o Ministério da Cultura do governo Sarney (1985 - 1989), tendo nessa oportunidade criado aquela que foi a primeira legislação de incentivos culturais e fiscais na cultura brasileira. Celso Furtado foi ainda membro do conselho editorial das Revistas econômicas brasileiras (1954-1964), tendo atuado também no *Desarrollo Económico* em Buenos Aires, de 1966 a 1970, trabalhou ainda em *El Trimestre Económico* no México em 1965, na *Revista de Economia Política* em São Paulo, no ano de 1981 e no *Pensamiento Ibero-americano* em Madri, no ano de 1982.

Sua atuação nas academias mundo afora o levaram ainda a ser doutor *Honoris Causa* nas seguintes instituições: Universidade Técnica de Lisboa, Portugal, em 1987; na Universidade de Campinas (UNICAMP), em 1990; na Universidade Federal do Rio Grande do Sul, em Porto Alegre, em 1994; Universidade de Brasília, em 1991; na

Universidade Federal da Paraíba, em João Pessoa em 1996; na Universidade de Pierre Mendès-France, em Grinoble, na França, em 1996; na Universidade Estadual do Ceará, em Fortaleza, em 2001; na Universidade Estadual de São Paulo (UNESP), em 2002, e na Universidade Federal do Rio de Janeiro, em 2002.

Como expressão da grande importância da sua atuação nessas importantes Universidades espalhadas pelo mundo, a Academia de Ciência do Terceiro Mundo, em Trieste na Itália, criou em 1997 o “prêmio internacional Celso Furtado”, o qual é ofertado de 2 em 2 anos ao melhor trabalho de um cientista social do terceiro mundo. Em 2001, criou-se o prêmio “Celso Furtado de Desenvolvimento” na Fundação Carlos Chagas, localizada no estado do Rio de Janeiro.

O economista, segundo Francisco Iglesias (1997), no capítulo de apresentação da *Obra Autobiográfica* de Celso Furtado tratou de caracterizar o autor não apenas como um homem de letras, mas sim um homem de pensamento, que debruçou-se sobre a obstinação de entender o Brasil e as condições que o guiaram a mecânica do subdesenvolvimento, elucidando que sua carreira foi:

[...]Demais, valem para caracterizar com o rigor de uma carreira que foi sempre eficiente e lúcida, em compreensão do regional e do nacional, nos planos teórico e prático – coisa bastante rara na perspectiva brasileira. Valem para a o política e para o entendimento dessa prática da qual tanto se fala e tão pouco de fato se conhece. O memorialismo de Celso Furtado é um marco para melhor compreensão da vida nacional em todos os seus aspectos e aumenta o patrimônio cultural do país neste fim de século em que ele teve tão relevante papel.” (FURTADO, 1997, p. IX).

Em 2004, o cineasta e economista José Mariani elaboraria um documentário sobre a vida e obra de Celso Furtado, intitulada “O Longo Amanhecer”. No mesmo ano, Furtado faleceria, no Rio de Janeiro, aos 84 anos, vítima de problemas cardíacos.

2.2. NOTAS BIBLIOGRÁFICAS

2.2.1. Primeira Fase: 1944 – 1959

Dentro aquilo que vem a ser uma primeira fase da produção intelectual de Celso Furtado, inicia-se a passagem temporal no ano de 1944, a tomar partida com sua conclusão na Faculdade de Direito e convocação para compor a Força Expedicionária Brasileira na Itália. Assim, o autor tem como pano de fundo o cenário para escrever seu primeiro livro, *De Nápoles a Paris – Contos da Vida Expedicionária*, publicado em 1946, onde retrata a presença brasileira em solo italiano durante o período da Segunda Guerra.

Ainda em 1946, inicia seus estudos na Universidade de Paris, no curso de doutoramento em economia, tornando-se doutor em 1948. Em fevereiro de 1949, reside em Santiago, no Chile para unir-se à recém-criada CEPAL, única escola de pensamento econômico voltada aos países no Terceiro Mundo.

Já na década de 1950, Furtado dá seus primeiros passos rumo às publicações voltadas à análise econômica, na *Revista Brasileira de Economia*, da Fundação Getúlio Vargas, intituladas “Características gerais da econômica brasileira” e “Formação de capital e desenvolvimento econômico”, tendo este último atingido circulação internacional.

Em 1953 se dedica a estudar a aplicação dos métodos desenvolvidos na CEPAL ao Brasil e em 1954 publica sua primeira obra completamente voltada a economia, sobre a teoria do desenvolvimento e subdesenvolvimento, intitulada de *A economia Brasileira*, debruçando-se no debate sobre os rumos da economia nacional.

Em 1956, publica *Uma economia dependente*, onde explora o aspecto do subdesenvolvimento e da dependência, contribuindo com a tese da dominação cultural exercida pelos países centrais na conformação de uma cultura de dependência, realçando as especificidades dos países subdesenvolvidos.

Segue para a Universidade de Cambridge, Inglaterra, onde se instala em 1957, para efetuar sua pós-graduação. Inicia a produção de uma reflexão que durou dez anos sobre as bases da economia brasileira. Escreve, portanto, *Formação Econômica do Brasil*, sua mais importante e relevante obra, tratada aqui mais profundamente.

Não é exagerado mencionar que o livro *Formação Econômica do Brasil* se sedimentou desde cedo como uma grande referência na historiografia econômica nacional. A obra em questão menciona já na sua introdução que se lançará apenas a um esboço do processo histórico de formação da economia brasileira, não se ocupando o autor em esmiuçar referências à bibliografia histórica nacional, onde também se percebe clara influência de sua publicação anterior, *A Economia Brasileira*, publicada em 1954.

A contribuição de Celso Furtado com *Formação Econômica do Brasil*, além de buscar as origens do atraso do país e a estruturação do mercado interno após o processo que o autor denomina de “deslocamento do centro dinâmico” da econômica cafeeira-

exportadora para a economia urbano-industrial⁵, foi também de executar a junção da teoria estruturalista cepalina com a história e o pensamento social brasileiro, conforme exposto no decorrer de sua abordagem ao longo do tempo entre colônias e metrópoles, países desenvolvidos e subdesenvolvidos, centro e periferia. Isso é observado em:

Foram da CEPAL ou estiveram sob seu raio direto de influência autores de livros clássicos de história econômica dos países da região, como Aníbal Pinto e seu *Chile: un Caso de Desarrollo Frustrado* (1956), Celso Furtado (1959) e seu *Formação econômica do Brasil*, e Aldo Ferrer (1979) e seu *La Economía Argentina*. (BIELSCHOWSKY, 2000, p. 20).

No ano de 1959, retorna ao Brasil e começa a atuar sob contexto de administrador na esfera pública junto ao Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste – GTND, além estrategista e teórico do desenvolvimento. Elabora, no mesmo ano, *A Operação Nordeste e Uma política de desenvolvimento econômico para o Nordeste*, como um conjunto de análises e projeto de desenvolvimento capitalista para a região nordestina, respectivamente, que mudaram de modo significativo o tratamento da questão regional no país e deslocando a tradicional ênfase de abordagem, relendo as razões da miséria e da estagnação.

Ainda em 1959, em meio ao trabalho em torno da região nordestina, se torna membro da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, a obter como função o cargo de primeiro superintendente. Sobre seu trabalho desenvolvido no órgão, afirma:

[...]O resultado positivo da SUDENE é que o Nordeste passou a crescer mais ou igual ao sul do Brasil. Criaram-se transferências inversas, do Sul para o Nordeste. Com a política de incentivos, muita gente foi investir no Nordeste. O Estado também investiu muito. A infraestrutura nordestina também é razoavelmente boa e talvez melhor que a do sul do Brasil, em matéria de eletricidade, de portos e de estradas pavimentadas. Isso foi feito, mas não se tocou na estrutura social, na agrária particularmente[...]. (BIDERMAN, COZAC e REGO. 1996 p. 81).

2.2.2. Segunda Fase: 1959 – 1973

No ano de 1961, Furtado publica outra relevante e imensurável obra, *Desenvolvimento e Subdesenvolvimento*, onde já na *Apresentação* do livro, Rosa Freire d’Aguiar (1961) ressalta que Celso estava mergulhado na ação, “em plena batalha para

⁵ Em *Formação Econômica do Brasil*, Furtado esclarece que o deslocamento do centro dinâmico para o mercado interno após a crise de 1929 foi um mecanismo de defesa do setor cafeeiro contribuiu para manter a demanda efetiva e o nível de emprego nos outros setores da economia. (FURTADO, 2007, p. 274).

implantar as reformas da Sudene, consolidando a instituição que se propunha a acelerar o desenvolvimento do Nordeste. A atividade política e administrativa era intensa”.

Furtado elabora, em seguida, *Subdesenvolvimento e Estado democrático* (1962), que, segundo Juaréz Guimarães, tem a seguinte proposta:

Por fim, a proposta de Celso Furtado sugere uma revisão das bases históricas de heteronômica em que se deram as relações do Brasil com o centro capitalista, em particular com os Estados Unidos. Autonomia sobre as decisões, criação de uma sinergia positiva entre acumulação e expansão do mercado interno, integração latino-americana, exploração das possibilidades do policentrismo e luta pela democratização dos fundamentos da ordem internacional são temas amplamente desenvolvidos em sua obra. Esta refundação republicana reivindica a formação de uma vontade nacional reformadora que solicita e, ao mesmo tempo, questiona as próprias tradições políticas brasileiras. (TAVARES, 2000, p.30).

Furtado publica no mesmo ano, *A pré-revolução brasileira*, livro dirigido à juventude universitária, observando a necessidade de se dedicar à causa nacional de ruptura com o passado oligárquico. Destaca na produção, que o Brasil havia alcançado uma grande diferenciação que tornaria possível transferir os principais centros de decisão de sua vida econômica, porém ainda identificada por um nível de renda per capita subdesenvolvida.

O economista é então nomeado Ministro de Planejamento, em 1962, momento de absoluta crise política no país. Em 1963, elaborou e propôs o Plano Trienal, que não chegou a ser implementado. Com o Golpe Militar de 1964, é baixado o Ato Institucional nº 1, que cassa seus direitos políticos pelo período de dez anos. Furtado deixa o país em meados de abril do mesmo ano e firma residência em Paris, dedicando-se ao ensino e pesquisa.

Exilado, continuou no exterior seu trabalho teórico e sua análise crítica da economia brasileira. *Dialética do Desenvolvimento*, publicado em 1964 e *Subdesenvolvimento e Estagnação da América Latina*, publicado em 1966, são obras fundamentais do autor durante sua passagem pela Faculdade de Direito e Ciências Econômicas da Universidade de Paris, onde se tornou importante professor da disciplina de economia e desenvolvimento. Foi o primeiro estrangeiro nomeado em uma universidade francesa, fato ocorrido mediante decreto presidencial do General De Gaulle.

Em 1968, a convite da Câmara dos Deputados, vem ao Brasil pela primeira vez após seu exílio para debater sobre o planejamento da economia brasileira. Sua série de

palestras durante a visita resulta no livro *Um Projeto para o Brasil*. Segundo o autor, “o desenvolvimento não é uma simples questão de aumento de oferta de bens ou de acumulação de capital, possui ele um sentido, é um conjunto de respostas a um projeto de autotransformação de uma coletividade humana.” Nesse momento Furtado ainda acreditava na possibilidade de reversão do subdesenvolvimento mediante reformas na estrutura social e econômica, que proporcionariam à camada menos favorecida entrada no mercado de consumo.

Já no final da década de 1960, Furtado inicia uma profunda reflexão do que viu com os resultados primários do processo de industrialização dos anos 1950, deparando-se com o chamado “milagre econômico”. O autor inicia uma mudança em seu pensamento, conforme apresenta em sua obra. Foi um primeiro ensaio em direção às mudanças que Furtado assumiria mais tarde em *Análise do modelo brasileiro* e em *O mito do desenvolvimento econômico*. Nesse livro, Furtado começou a revisar suas ideias em relação às questões relativas ao subdesenvolvimento nos países periféricos, incorporando fatores não-econômicos e ligados às esferas cultural, social e política.

No ano 1969 publica *Formação econômica da América Latina*, obra dedicada aos seus alunos na França, propondo ser fonte de consulta à estudiosos estrangeiros. Soma às funções de professor, no início da década de 70, viagens a países da África, América Latina e Ásia, consolidando sua participação com trabalhos relacionados à Organização das Nações Unidas – ONU. No início do mesmo período, leciona na American University, em Washington D.C., passando pela Universidade de Cambridge e Columbia.

2.2.3. Terceira Fase: 1973 – 1986

Dando continuidade aos seus projetos, Celso Furtado, em 1973 ocupou a cátedra Simon Bolívar da Universidade de Cambridge, na Inglaterra, e foi nomeado como fellow do King’s College. Publica o título *A hegemonia dos Estados Unidos e o subdesenvolvimento da América Latina*, seguido de *O mito do desenvolvimento econômico* em 1974. Nesse período, o pensamento furtadiano conclui que:

O subdesenvolvimento tem suas raízes numa conexão precisa, surgida em certas condições históricas, entre o processo interno de exploração e o processo externo de dependência. Quanto mais intenso o influxo de novos padrões de consumo, mais concentrada terá que ser a renda. Portanto, se aumenta a dependência externa, também terá que aumentar a taxa de exploração. (FURTADO, 1974 p. 94).

Em 1978, passou a integrar o conselho acadêmico da Universidade das Nações Unidas, sediada em Tóquio, realizando durante três anos viagens regulares ao Japão. Antes do início dos anos 1980, recém-casado com a jornalista Rosa Freire d'Aguiar, Furtado havia ainda publicado *Prefácio à nova economia política* em 1976 e *Criatividade e dependência* em 1978. Nesses livros, Furtado mostra sua contínua preocupação com o desenvolvimento econômico e com o próprio destino do homem enquanto agente ativo de seus anseios de liberdade. Discorre acerca de uma tendência estrutural a formação de grandes conglomerados empresariais e com isso ressalta que todos os mercados são “imperfeitos” decorrendo em atividades de troca que geram efeito concentrador de riqueza.

A partir dessa ideia, o autor afirma em trecho de sua obra republicada em 2008:

[...] a evolução social, nos países capitalistas que lideram a civilização industrial, opôs ao crescente poder das empresas formas cada vez mais eficazes de organização social que pressionam no sentido de uma distribuição mais próxima de uma renda igualitária. Essa evolução aparece com transparência em países como a Suécia, onde ao lado de gigantescas empresas que comandam os setores mais dinâmicos da vida econômica perfilam-se poderosas organizações sociais com ponderáveis projeções políticas (FURTADO, 2008, p.47).

Com a chegada da década de 1980, Celso Furtado, retorna ao Brasil beneficiado pela anistia decretada pelo governo militar em agosto de 1979. Edita, no mesmo período, *Pequena introdução ao desenvolvimento*, defendendo a tese de que o desenvolvimento deveria ser apreendido como um processo global. Em 1981, filiou-se ao Partido do Movimento Democrático Brasileiro (PMDB)⁶. No mesmo ano, publica *O Brasil pós-“milagre”*, onde trata do desenvolvimento até então recente do país e de seus consequentes problemas, tais como a inflação, a dívida externa, a crise energética, o caráter antissocial do modelo econômico e o papel das empresas transnacionais.

Em 1982, assume como diretor de pesquisas da Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais seminários sobre economia internacional e brasileira, em Paris. Nesse mesmo ano publica *A nova dependência, dívida externa e monetarismo*. Publica, em seguida *Não à recessão e ao desemprego* (1983). Tal obra é fundamental na defesa de

6 O Partido do Movimento Democrático Brasileiro tem origem no contexto do Regime Militar de 1964. A sigla nasceu como MDB (Movimento Democrático Brasileiro), em março de 1966, para fazer oposição à Arena, partido que apoiava a ditadura militar. Em 2017, o PMDB voltou a ser MDB. Fonte: <https://www.mdb.org.br/conheca/historia/> Acesso em 21/05/2019.

seu ponto de vista, quando o intelectual encaminha à direção do PMDB um conjunto de diretrizes que defendiam uma política econômica alternativa ao padrão estabelecido pelos países ricos, como ressaltado em *O mito do desenvolvimento econômico* (1974), tendo como foco o reforço das forças produtivas, da evolução no campo tecnológico, do investimento e do crescimento econômico.

Em 1984 participa intensamente da campanha do então candidato do PMDB à presidência da República, Tancredo Neves. Publica o livro *Cultura e desenvolvimento em época de crise*, no mesmo ano, sendo a obra fruto de debates e discussões com Tancredo e aliados do PMDB sobre as relações de cultura e desenvolvimento, com finalidade de retornar os holofotes a discussão do desenvolvimento no Brasil.

No início de 1985 é convidado pelo recém-eleito presidente Tancredo Neves para participar da Comissão do Plano de Ação do Governo. Contudo, Tancredo Neves não chegou a ser empossado na presidência, vindo a falecer em 21 de abril de 1985. Já no governo Sarney, Furtado foi indicado como embaixador do Brasil junto à Comunidade Econômica Europeia, sediada em Bruxelas, na Bélgica. No mesmo ano escreve *A fantasia organizada*, seu livro de memórias. Ainda em 1985 integrou a Comissão de Estudos Constitucionais, encarregada da elaboração do projeto de uma nova Constituição para o Brasil. Em 1986, foi indicado pelo presidente José Sarney para assumir o cargo de Ministro da Cultura, onde se tornou pioneiro na elaboração de projetos de lei de incentivos fiscais à cultura, tendo permanecido no posto até 1988.

Até o fim da década de 1980 e início dos anos 1990, nota-se mudanças no enfoque do pensamento de Celso Furtado. Tal processo já havia tomado forma no final dos anos 1970, porém é destacado com clareza quando se coloca os holofotes sobre suas primeiras obras, escritos em momentos antecedentes a crise que se avistava com iminência na década de 50. Furtado flertava até então com uma mudança qualitativa, um projeto de desenvolvimento para o Brasil. Entretanto, Furtado se vê frustrado, demonstrando tal descontentamento nas seguintes publicações, que passam de *Subdesenvolvimento e Estagnação na América Latina* (1966) ao *O Mito do Desenvolvimento* (1974), onde afirmou sua tese sobre a insuficiência do consumo a longo prazo. Sugere, portanto que:

Minha hipótese básica é que o sistema não tem sido capaz de produzir espontaneamente o perfil de demanda capaz de assegurar uma taxa estável de crescimento, e que o crescimento a longo prazo depende de ações exógenas do governo... Se bem que esses dois grupos (as grandes empresas e as minorias modernizadas) têm interesses convergentes, o sistema não está estruturalmente

capacitado para geral o tipo de expansão de demanda requerido para assegurar sua expansão. (FURTADO, 1974, p. 104).

O pensamento furtadiano em sua desilusão conclui que o movimento voltado ao desenvolvimento é descontínuo, guiado aos solavancos e não supera o caráter dependente da economia. De acordo com Luiz Carlos Bresser-Pereira:

A teoria econômica que agora usava tornava-se discutível na medida em que envolvia um duplo pessimismo: em relação à capacidade dos sistemas econômicos subdesenvolvidos terem progresso técnico capital-intensivo, mas poupador de capital ou pelo menos neutro (não envolvendo, portanto, redução da produtividade do capital), e em relação à capacidade da oferta criar demanda no longo prazo. (L.C BRESSER-PEREIRA e J.M. REGO, 2001 p. 40).

O otimismo que sustentava a ação de Furtado, dessa forma, transformava-se em frustração segundo Bresser-Pereira (2001), pois o economista notara que não poderia influenciar diretamente o destino do país que havia perdido a capacidade de desenvolver-se de maneira endógena.

2.2.4. Quarta Fase: 1986-2005

Em 1991 lançou o terceiro volume de suas memórias, *Os ares do mundo*. Em 1992 lançou *Brasil: uma construção interrompida*, no qual discutia o desenvolvimento brasileiro numa época de internacionalização crescente da economia e esmiuçava-se sobre projeto neoliberal⁷ implantado no Brasil, a partir de 1990, que gerou uma ruptura na construção da nação sem que esta consolidasse a redução das disparidades sociais e regionais, frutos da sua história, garantindo a sua população emprego e garantia social, a despeito da lógica do mercado. Para a visão de Furtado, interrompeu-se a formação econômica do Brasil⁸.

Cabe destacar que Furtado continua acreditando na adição e divulgação do progresso técnico como meio para elevar a produtividade e consequentemente os ganhos sociais. Então pode-se concluir que o autor se manteve crente a técnica e desiludindo-se no problema do processo de assimilação. Para ele, o problema estava no processo social

7 Segundo o autor, "a partir do momento em que o motor do crescimento deixa de ser a formação do mercado interno para ser a integração com a economia internacional, os efeitos da sinergia gerados pela interdependência das distintas regiões do país desaparecem, enfraquecendo consideravelmente os vínculos de solidariedade entre elas". (FURTADO, 1992 p.32).

8 Furtado afirma que "Um sistema econômico nacional não é outra coisa senão a prevalência de critérios políticos que permitem superar a rigidez da lógica econômica na busca do bem-estar coletivo." (FURTADO, 1992, p. 30).

e político de assimilação ampla do progresso tecnológico. Sua descrença é em relação ao processo.

Em 1997, participou do seminário sobre sua obra intitulado “O desenvolvimento: o que é?”, realizado pelo Centro de Pesquisas sobre o Brasil da Escola de Altos Estudos Sociais de Paris, pela Universidade Pierre Mendès-France e pelo Instituto de Ciências Matemáticas e Economia Aplicada, em colaboração com a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura - UNESCO. Na mesma ocasião, Furtado proferiu conferência sobre o tema “O imperativo tecnológico e as desigualdades sociais” e teve seu nome escolhido para batizar um prêmio internacional de para trabalhos sobre desenvolvimento socioeconômico realizados em países do Terceiro Mundo. Ainda em 1997 tornou-se membro do Comitê de Bioética da UNESCO. Nesse mesmo ano lançou sua *Obra autobiográfica* em três volumes.

Em 31 de outubro de 1997, Furtado tomou posse na Academia Brasileira de Letras - ABL, após ter sido eleito, em julho, para a cadeira 11. Em seu discurso de posse, deixou registrado:

Faço essas lucubrações para enfatizar a responsabilidade que nos advém coletivamente, como seres humanos, na construção de um mundo cada vez mais interdependente. O homem é uma força transformadora deste mundo. Cabe-lhe, portanto, parte de responsabilidade na descoberta dos caminhos que percorrerá. O avanço das técnicas reduz o espaço de iniciativa individual e amplia o alcance das decisões coletivas. Daí a urgência de que nos entendamos sobre os valores universais e de que avancemos na construção do quadro institucional que assegure o acesso ecumênico aos direitos fundamentais de mulheres e homens. Em síntese, as ameaças criadas pelos avanços das técnicas puseram os homens diante da disjuntiva de ter de enfrentar os riscos de autodestruir-se ou de partir para a construção de um mundo solidário.

Em 1999, lançou mais um livro, *O longo amanhecer: reflexões sobre a formação do Brasil*, uma coletânea de sete ensaios escritos ao longo das suas últimas duas décadas. Nessa perspectiva de longa duração, Furtado escreveu suas obras num período diferente do curso tradicional do capitalismo, ou seja, quando os ganhos sociais se elevaram consideravelmente por meio de ações públicas. Na referida obra, ao se deparar com curso natural do capitalismo, ou seja, a elevação da exclusão social, Furtado inseriu em suas interpretações da econômica nacional suas crenças e desilusões, tornando-as parte da historiografia econômica do Brasil.

Em 2002, publicou *Em Busca de Novo Modelo – Reflexões Sobre a Crise Contemporânea*, e *Raízes do Subdesenvolvimento* em 2003, suas obras mais tardias.

Vítima de um ataque cardíaco, faleceu em 2004, tendo sido homenageado em 2006, pelo então Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva, através da implementação da política de expansão da educação superior, que autorizou a criação do campus da Universidade Federal de Campina Grande - UFCG em Pombal, cidade natal do economista, com a denominação de “Campus Celso Furtado”.

Em suma, quando se lança a uma leitura mais aprofundada em torno de sua renomada obra, é notório que seu autor pertence à categoria de historiadores econômicos. Mantendo o foco de forma mais pormenorizada na sua tese de doutoramento, pode-se afirmar que, nessa elaboração teórica, o autor escreve em um cenário social visando alcançar pontos da história e da economia, ou seja, esta obra tem um conteúdo mais abrangente, aberto, uma claro reflexo do momento acadêmico do autor, no qual era um estudante de graduação buscando encontrar-se em meio a vários caminhos teóricos, centralizando-se nas análises econômicas apenas mais adiante.

Os trabalhos que se seguiram expressam a mudança também de atuação profissional do autor, o qual se torna um economista profissional claramente influenciado pelos cargos políticos⁹ nacionais e internacionais que ocupara logo após a conclusão do doutorado. Dentro deste contexto, o autor publica em 1950 o artigo *Características Gerais da Economia Brasileira*, onde já se percebe as sementes teóricas e as plurais hipóteses de trabalho que se condensarão para a elaboração de *A Formação Econômica do Brasil*.

Logo na leitura inicial do mencionado artigo, é possível perceber que se trata da alternância de ciclos no contexto desenvolvimentista da economia brasileira, dando grande destaque para aspectos como a concentração de renda, a morosidade na estruturação do mercado interno nacional e também aos elementos da economia cambial, referentes a amenização das perdas do setor de agro exportação, tudo isso inserido dentro da lógica do desenvolvimento capitalista da economia nacional.

A segunda parte desse artigo de dedica a entender e explicar sobre o processo de industrialização que se iniciava no Brasil, em outras partes o autor trata ainda da grande crise econômica de 1929 e do processo depressivo dos anos 1930, e conclui, trazendo a

⁹ Ver Ensaio Sobre Cultura e o Ministério da Cultura (org. Rosa Freire D Aguiar, 1º Edição, Contraponto, 2012).

discussão para as inovadoras peculiaridades da economia brasileira e seus laços e trocas internacionais no período do pós guerra.

Na obra *A Unidade Colonial Exportadora Escravocrata*, publicada em 1954, Celso Furtado volta a debruçar-se sobre temas relevantes em sua tese de doutorado¹⁰, voltando o olhar de forma mais incisiva para os aspectos históricos do crescimento econômico. Nessa obra, há um grande destaque para a importância que o autor dá para o crescimento da economia cafeeira e para as dificuldades do setor econômico industrial após a crise de 1930.

O autor Francisco Iglesias afirma que muitos elementos dessa obra foram retomados em outros escritos de Furtado, por exemplo em 1956, em o fascículo *Uma Economia Dependente*, em que já é possível notar a difusão dos pensamentos que embalsamaram a obra *A Formação Econômica do Brasil*.

A influência keynesiana também é notória na abordagem histórica feita por Furtado, visto, por exemplo no seu fascículo de título *Perspectivas da Economia Brasileira*¹¹, publicada em 1957, escrito esse em que o autor usa conceitos e termos muito semelhantes ao de Keynes, daí pose-se afirmar que Furtado alcançou um alto nível de especialização das ciências econômicas.

2.3. A IMPORTÂNCIA DE CELSO FURTADO NO PENSAMENTO ECONÔMICO E SOCIAL

Celso Monteiro Furtado foi um dos mais célebres e importantes economistas brasileiros, visionário da corrente desenvolvimentista nacionalista, além de um intelectual de extrema influência no século XX. Contribuiu de maneira ímpar à construção do pensamento econômico, tanto no Brasil quanto no exterior, além de deixar um legado imensurável, pois até os dias atuais, muitos intelectuais, economista, historiadores e políticos utilizam de suas obras como influência ao pensamento econômico do Brasil.

Efetou também de maneira contundente o estudo, análise e aplicação do pensamento estruturalista, tornando-se um dos responsáveis pela reflexão da problemática do subdesenvolvimento do Brasil e da América Latina. O autor defendeu

10 Vem mais em FURTADO, Celso. *Economia Colonial no Brasil nos Séculos XVI e XVII*. Editora Hucitec. 2001.

11 Ver mais em FURTADO, Celso. *Perspectivas da Economia Brasileira*. Setembro, 1957. Palestras proferidas no Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, ministrado no BNDE.

um estágio de intervencionismo como sendo algo necessário para o alcance do desenvolvimento por meio da industrialização, formulando a Teoria do Subdesenvolvimento¹², originária dos debates entre Celso e Raul Prebich na CEPAL, como uma de suas maiores contribuições.

Tal teoria era uma nova perspectiva do modelo centro-periferia¹³, na qual descartava a tese ortodoxa de estágios evolutivos e defendia os interesses periféricos, visando ultrapassar o subdesenvolvimento. Para tal, seria necessário a industrialização da economia de forma ágil, regida pelo Estado com elevado nível de capital. Essa teoria com base em dados históricos, buscava mostrar que o modelo ortodoxo e do livre comércio era falha e visava apenas tirar vantagens das nações menos desenvolvidas. Caberia ao Estado, portanto, o papel de regente da interação entre as economias centrais e periféricas, levando-as ao desenvolvimento.

Contrariava a teoria ortodoxa liberal¹⁴ de que os países latinos eram nações agrário-exportadoras, em estágio evolutivo, e que iria evoluir conforme implementação dos modelos liberais de desenvolvimento. Ou seja, era totalmente contra o conceito de etapas e país em desenvolvimento, tomando como questão principal a inserção atrasada dos países latinos na etapa evolutiva na qual se encontrava o capitalismo e logo jamais poderiam alcançar os países centrais por meio dos mesmos métodos.

Era, portanto extremamente necessário a intervenção estatal como agente regular e capaz de dar direção ao capital estrangeiro, tendo em vista que o capital nacional era tido como insuficiente e fraco para financiar os investimentos necessários ao país rumo à decolagem do desenvolvimento industrial.

12 Tal teoria foi denominada de Teoria da Dependência, e pretendia expandir a compreensão dos determinantes internos e externos no processo de subdesenvolvimento. Baseia-se em uma percepção integral do sistema capitalista, analisando as disparidades sociais desde sua estruturação, tornando possível a assimilação das diferenças de acumulação e as consequências impostas ao processo de industrialização dos países. (FURTADO, 1973, p. 17).

13 Formulada por Raul Prebisch, o modelo centro-periferia afirmava que a renda média dos países latino-americanos era inferior à dos países industriais, tendo em vista as disparidades de produtividade das economias entre o que se viria a ser “centro”, formado pelos países industriais e “periferia”, formado pelos países exportadores de bens primários. (PREBISCH, 1949, p. 73).

14 No sentido de explicar o caráter ideológico da teoria ortodoxa liberal, Furtado a determina como “o desejo implícito de justificar a ordem social existente como aquela que permitia o uso mais racional dos recursos disponíveis.” (FURTADO, 1963, p. 69).

Promoveu, assim, o debate teórico diante de tais condicionantes e a relevância de suas ideias à elaboração de um projeto nacional. Captou a especificidade das sociedades, explicitando as diferenças das formações "clássicas", a citar as sociedades europeias e norte-americana. Mas dentro do quadro maior, de estudos sobre o Brasil e a América Latina, Furtado se destacou de outros intelectuais por ter sido um dos poucos a agir diretamente na realidade, o que foi ressaltado tanto pelos seus interesses como sua experiência de vida permitiram ao exercer cargos de grande relevância, onde teve a chance de participar do surgimento da CEPAL e SUDENE.

Em relação à união da estrutura do pensamento e da ação, Celso Furtado afirma:

Nós, intelectuais, que lidamos com ideias, não desconhecemos a importância da ação. Não fui outra coisa na vida se não um intelectual, mas sempre consciente de que os problemas maiores da sociedade exigem um compromisso com a ação. (BRESSER-PEREIRA e REGO, 1995, p. 39).

Cêpeda¹⁵ ao concluir sua análise sobre Furtado em artigo dialoga em referência a contribuição do autor, então, conclui:

Fechamos este artigo como o começamos: afirmando que na obra furtadiana pensamento e ação não se separam, mas assinalando que a dimensão política na obra desse autor transcende o nível do valor (que existe na dimensão das pretensões e concepção que Furtado atribui ao desenvolvimento – a faceta progressista, democrática e inclusiva), avançando no cerne de sua formulação lógico-explicativa. Sua filiação ao campo da economia política é assim ineludível, porém em sua obra a economia seria o caminho da política. (CÊPEDA, 2001, p. 116).

Ao tratar da questão regional do nordeste e do desafio de promover ações efetivas de superação dos índices e indicadores do subdesenvolvimento nordestino, a relevância dos estudos de Furtado sobre a questão não se encontram no diagnóstico que se faz acerca do subdesenvolvimento, mas sim, no levantamento dos motivos e causas desta condição e nas proposições de superação desta condição.

Os motivos e causas da manutenção do território nordestino na condição do subdesenvolvimento resultam da mescla de um problema político-econômico: a questão da distribuição das terras. O latifúndio, como forma de propriedade, é discutido por Furtado, como o responsável por uma relação política de dependência entre o dono da terra, rompendo um ciclo explicativo da inviabilidade nordestina por motivos ecológicos ou ambientais – a seca.

15 Sinais Sociais | RIO DE JANEIRO | v.7 n°19 | p. 88-119 | maio > agosto 2012.

Em relação a sua mais notável obra, *Formação Econômica do Brasil*, usada até os dias atuais na maioria das universidades e servindo como objeto de estudo e orientação para diversos economistas e intelectuais em todo o mundo, percebe-se o tato especial para a influência da cultura em seu método, que chamou a atenção para disfunções, como os padrões de consumo das classes dominantes latino-americanas e suas consequências, além da transição de patamares manufatureiros à industrialização e os fatores de conservação do subdesenvolvimento.

Tomar a realidade social e concreta como ponto de partida em direção à teoria é o elemento destacado da obra de Celso Furtado, por economistas e historiadores da economia, não menos renomados do que Maria da Conceição Tavares, que afirma:

O método “histórico-estrutural” no pensamento econômico latino-americano deve-se a ele (PREBSCH) e a Furtado. E nós todos, seus discípulos, somos históricos estruturais, todos[...]. (BIDERMAN, COZAC e REGO, 1997 p. 133-1334).

Segundo Bielschowsky:

Seu estruturalismo o orientou na proposta de subordinação da política monetária à política de desenvolvimento e na proposta de planejamento e de intervenção do Estado em suporte à industrialização. (BIELSCHOWSKY, 2000, p.148).

A proposição de partir da concretude dos dados para pensar e estabelecer uma teoria do desenvolvimento e do subdesenvolvimento foi, sem dúvida alguma, o grande legado cepalino assumido por Celso Furtado, mas, foi, além de tudo, o elemento marcante e fundamental de sua obra, na medida em que, mais do que partir da concretude social para teorizar, o autor foi responsável por teorizar para agir.

Assim, Furtado desenvolveu uma vertente própria dentro do pensamento econômico, destacando-se pelo apreço a sua produção, além da reflexão perante sua trajetória dentro de seus trabalhos intelectuais. Suas circunstâncias permitiram, ao nível do pensamento, uma fascinante articulação e movimentação entre as principais correntes de interpretação dentro da experiência brasileira na atividade do Estado e de organismos internacionais, que pode ser visto na obra cinebiografia *O Longo Amanhecer*, do diretor José Mariano, sobre o legado do economista e pensador.

Vê-se um relato da vida e do pensamento do paraibano de Pombal, meses antes de sua morte em 2004. Francisco de Oliveira¹⁶, seu amigo e colaborador de longa data ressalta que “Celso Furtado está no panteão dos demiurgos do pensamento nacional, dos inventores do que a gente pensa hoje sobre o Brasil”. Já Maria da Conceição Tavares¹⁷, afirma que Furtado é “o único grande pensador brasileiro do século XX”.

No documentário¹⁸, tem-se o debate sobre as últimas décadas, com o advento da globalização e interdependência entre as nações, onde a economia desenvolveu estruturas poderosas de intervenção na vida social que teria submetido as demais ciências, moldando o mundo as suas novas concepções. Nessa linha, o homem contemporâneo está dominado pelos preceitos econômicos modernos, não podendo viver, portanto, sem levar em consideração os caminhos moldados pelos economistas. Ou seja, todo processo da vida individual opera apenas para a reprodução do capital de forma mecânica.

A respeito desse fenômeno, Francisco de Oliveira¹⁹ em seu depoimento diz que “os modernos cientistas sociais, entre os quais se incluem os economistas, não tem paixão por causa nenhuma. Eles são inteiramente solidários com os destinos nacionais”, enfatiza em seguida que “Os teóricos dos anos do único da modernidade eram todos pensadores apaixonados. Estavam de um certo lado da história. Celso, a esse respeito é um dos mais emblemáticos. Ele está decididamente no lado de alguma causa e não olha a história com a indiferença de um cientista normal”. Conclui também que:

Tensão entre teoria e história, é o que sua obra tem. Está presente em todos os outros clássicos, mas nele é permanente: a história é teoria e a teoria é a história. É diferente de um economista hoje, que pega as variantes modela e acha que dali sai algum resultado. Não tem história. Não tem especificidade. (...) Se você pegar a formulação de qualquer economista que esta aí formulando política para o governo brasileiro hoje é igual a que se encontrará em qualquer país. Sumiu a história. (O LONGO amanhecer, 2004).

João Manuel Cardoso de Melo²⁰, ao falar sobre Celso, sustenta que foi um reformista, isto é, acreditava que por meio das reformas profundas nas estruturas brasileiras, seria possível vencer as condições do país que impediam o desenvolvimento. Entretanto, ainda em *O Longo Amanhecer*, nota-se a desilusão do intelectual frente à

16 O LONGO Amanhecer – uma biografia de Celso Furtado. Direção de José Mariani. Brasil. 2004. 1 DVD. 72 min.

17 Idem.

18 Idem.

19 Idem.

20 Idem.

possibilidade do pleno desenvolvimento econômico anteriormente defendido. Por isso o documentário paira sob um aspecto denso, certa vezes triste, tanto sob os depoimentos de Conceição Tavares, quanto às análises de Francisco de Oliveira, observando que tal oportunidade fora perdida.

3. FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL, O LIVRO

3.1. CONTEXTO

Formação Econômica do Brasil foi concebido dentro de uma perspectiva desenvolvimentista, fundamentada durante um período da história do Brasil marcado por fatores como as sequelas deixadas pela depressão da década de 1930, além das influências keynesianas pautadas no crescimento econômico com base na industrialização e na infraestrutura, com forte intervenção do Estado, em função do desenvolvimento social. A economia, portanto, fazia parte deste projeto de modernização, pois tratava-se de unir os territórios, conferindo-lhes infraestrutura, tecnologia e emprego. Os desenvolvimentistas almejavam a estruturação de uma sociedade democrática e aperfeiçoada.

De acordo com Luís Carlos Bresser-Pereira, o *desenvolvimentismo* foi identificado como:

Nos anos 1950 os cientistas políticos e os economistas brasileiros identificaram "desenvolvimentismo" como o conjunto de ideias políticas e de estratégias econômicas que orientavam a industrialização acelerada do Brasil e a coalizão das classes sociais identificadas com o desenvolvimento nacional. (BRESSER-PEREIRA, 2016, p. 01).

Após a Grande Depressão de 1930, configurou no Brasil a necessidade do debate sobre a industrialização da economia e uma grande discussão teórica sobre o futuro do país. Com o enfraquecimento das antigas oligarquias e suas antigas tradições agroexportadoras e com o surgimento da corrente intervencionista, que visava a industrialização, haveria espaço para novos projetos econômicos. De acordo com Mantega²¹:

[...]Foi nesse cenário que as teses da Cepal vieram dar substância e respaldar a corrente intervencionista. (MANTEGA, 1989, p. 32).

Dessa maneira o pensamento desenvolvimentista começou a florescer com intelectuais de diferentes orientações teóricas, mas com um ponto em comum: a defesa da industrialização imediata. O fortalecimento desse pensamento econômico do Brasil se deu principalmente na figura de Celso Furtado, que desenvolveu um modelo de análise baseado na heterodoxia estruturalista. Mantega contextualiza que:

A essa altura, Furtado e os demais desenvolvimentistas já tinham clara uma estratégia de industrialização pela via da planificação e intervenção do Estado, e já eram capazes de formular programas de desenvolvimento. Entretanto, faltava ainda uma reflexão teórica que qualificasse melhor esse novo objeto de análise e intervenção chamado subdesenvolvimento. (MANTEGA, 1989, p. 33).

Ao sair do Brasil para dedicar-se ao doutoramento, pedindo licença da CEPAL em 1957, Celso Furtado escreve que:

Em 1957, desliguei-me da Cepal após quase um decênio exercendo funções de direção na sede de Santiago do Chile e em vários países da América Latina. Minha intenção era gozar de um ano sabático para dedicar-me mais intensamente aos estudos do desenvolvimento e do subdesenvolvimento. Antes, porém, de ir em setembro para a Inglaterra, tinha o compromisso de proferir uma série de 10 conferências sobre “Perspectivas da Economia Brasileira” no Curso de Treinamento em Problemas de Desenvolvimento Econômico, promovido pela Cepal, no Rio de Janeiro, com a colaboração do BNDE. Isso me possibilitava passar um mês nessa cidade, antes de seguir para o King’s College, em Cambridge, onde iria escrever meu livro *Formação econômica do Brasil*. (FURTADO, 1957, p. 19).

Tendo sido boa parte do material que seria usado em *Formação Econômica do Brasil* concebida em Cambridge, na Inglaterra, Mantega (1989) ressalta que este local no momento se tratava de um santuário keynesiano, onde Furtado pôde mergulhar nas grandes questões teóricas que envolviam a dinâmica econômica, em um momento de alta produtividade dos membros daquela comunidade acadêmica (MANTEGA, 1989, p. 34).

3.2. ESTRUTURA DA OBRA

3.2.1. – Parte I – Fundamentos Econômicos da Ocupação Territorial

Na primeira parte de *Formação Econômica do Brasil*, Celso Furtado esboça fatores que fundamentaram o processo de colonização brasileira e a construção de seu perfil econômico. Toma como partida o detalhamento do contexto em que se inseria a nação portuguesa, bem como todo o continente europeu no período, além de descrever a expansão comercial que se iniciava.

Com o advento da descoberta das terras americanas, bem como a sua divisão entre Portugal e Espanha, Furtado observa que houve uma pressão internacional para que se tornasse efetiva a ocupação dessas novas terras, tendo as duas nações desbravadoras sofrido pressão sob pena de perda de domínio.

A Espanha obtém êxito na extração de metais preciosos, como ouro e prata, além de explorar a mão de obra nativa. Portugal, por sua vez, se concentra na exploração

agrícola das terras que lhe competiam. O êxito português se dá pela quebra do monopólio do açúcar que existia até então, enquanto o comércio havia sido estruturado pelos holandeses. Soma-se a equação, o fato de Portugal ser conhecedor do comércio de escravos vindos da África, solucionando o problema da mão de obra, tendo em vista que não havia mão de obra portuguesa suficiente para colonizar e trabalhar, além da mão de obra indígena, que fora importante durante o processo, porém não suficiente. O autor elucida:

Por essa época, os portugueses eram já senhores de um completo conhecimento do mercado africano de escravos. As operações de guerra para captura de negros pagãos, iniciadas quase um século antes, nos tempos de d. Henrique, haviam evoluído num bem organizado e lucrativo escambo que abastecia certas regiões da Europa de mão-de-obra escrava. Mediante recursos suficientes, seria possível ampliar esse negócio e organizar a transferência para a nova colônia agrícola da mão-de-obra barata, sem a qual ela seria economicamente inviável. (FURTADO, 2007, p. 35).

Sobre o capital voltado para produção, este era formado em grande escala pela importação de equipamentos e mão de obra especializada, onde o engenho posteriormente tratava-se de reabastecer-se. Segundo o autor, se o mercado externo adquirisse grandes quantidades de açúcar a um nível estável de preços, o sistema teria capacidade de crescer até ocupar todas as terras disponíveis. O crescimento da produção teve grande extensão e persistiu durante um século.

A importação de escravos, dessa forma, dependia da demanda externa sobre o açúcar. Nas regiões onde o produto tropical ainda não era explorado, buscou-se explorar a mão de obra indígena na produção de carne, cuja demanda se expandia mediante o crescimento da produção açucareira. Assim, tem-se a criação de gado como forma de suprir o mercado consumidor interno, principalmente nas regiões do nordeste e posteriormente, nas condições favoráveis da região sul. Tal fator tornou possível a penetração e ocupação do interior da colônia.

No que tange à coroa espanhola, observara-se sua decadência política, bem como crise na extração de metais preciosos. Não tardou, entretanto, para que a crise no mercado do açúcar assolasse Portugal. Seu sistema hegemônico foi desarticulado, parte pela Holanda, que implantou novas colônias açucareiras nas Antilhas, retirando o monopólio produtivo de Portugal, reduzindo o preço da especiaria, levando a economia das nações produtoras à estagnação.

Assim, a economia pecuária que antes atuava apenas no abastecimento do mercado interno, passou a ter maior relevância, produzindo artigos que antes eram importados. Ademais, Portugal iniciou a busca de metais preciosos na colônia, sendo este até o momento um empreendimento incerto. Entretanto, o período de prosperidade frente ao ouro logo fora revertido em geral decadência e o sistema voltado à mineração se desarticulou por completo.

Tendo sido o reino de Portugal ocupado pelas tropas francesas, além do período em que ficou sob domínio espanhol, desapareceu o entreposto que representava Lisboa para o comércio da colônia com o oriente, além de ter a melhor parte de sua colônia nas américas ocupadas pelos holandeses. Os portugueses, dessa forma, resolveram firmar acordos com a potência inglesa, em meados do século XVII, o que viria a marcar de maneira significativa as duas nações e a colônia estabelecida no Brasil.

Com o período de exploração do ouro no Brasil, ocorreu uma expansão demográfica que modificou a população, tendo crescimento da população originária na Europa, frente à africana. Contudo, no final do século XVIII, os ingleses transferiram os privilégios de Portugal para a sua colônia, o Brasil, reconhecendo a independência do país.

O café simultaneamente ganha importância frente à produção em solo brasileiro, já que se caracterizava como um produto necessariamente agrícola, cultivado por mão de obra escrava já adaptada ao sistema de produção local. Com o advento do café, surge também uma nova classe empresária, formada por comerciantes.

Já na segunda metade do século XIX, as crises geradas no setor criam um sistema econômico autônomo, com capacidade de gerar seu crescimento autônomo, tornando o processo colonial do Brasil não mais viável. Sobre o encerramento deste ciclo, Furtado conclui:

A expansão cafeeira da segunda metade do século XIX, durante a qual se modificam as bases do sistema econômico, constituiu uma etapa de transição econômica, assim como a primeira metade desse século representou uma fase de transição política. É das tensões internas da economia cafeeira em sua etapa de crise que surgirão os elementos de um sistema econômico autônomo, capaz de gerar o seu próprio impulso de crescimento, concluindo-se então definitivamente a etapa colonial da economia brasileira. (FURTADO, 2007, p. 71).

3.2.2. Parte II - Economia Escravista de Agricultura Tropical – Séculos XVI e XVII

Na segunda parte da obra, o autor inicia sua narrativa afirmando que apesar de todas as dificuldades da colônia açucareira, os portugueses se empenharam consideravelmente para que fosse possível obter êxito com o empreendimento. Nesse período, foram concedidos desde benefícios tributários, à títulos aos senhores de engenho, bem como ressaltou-se a importância da mão de obra indígena nas primeiras colônias agrícolas. O autor ainda afirma que, com o acúmulo de capital advindo a exploração da mão de obra indígena, fora possível a comercialização da mão de obra escrava.

Tendo sido ultrapassadas as dificuldades da fase inicial, a economia açucareira cresce demasiadamente no final do século XVI, gerando grande acúmulo de riqueza concentrada nas mãos dos senhores de engenho. Tal crescimento, pode ser atribuído ao fato de que o açúcar encontrava mercado suficiente para escoamento da produção, sem gerar estoques. Supõe-se assim, que grande parte do capital investido e da renda gerada retornava à Europa, como o autor denomina de “renda de não residentes”.

Em seguida, o autor afirma que já tendo sido consolidada a indústria do açúcar, a expansão dessa atividade se deu com gastos monetários para importação de equipamentos, materiais de construção para os engenhos e escravos. A economia escravista, no entanto, dependia da demanda externa. No caso desta diminuir, ocorreria queda na atividade, porém, sendo os custos dos produtores quase todos fixos, reduções na capacidade de produção acarretavam perda. Dessa forma, os senhores de engenho mantinham a máxima utilização de seus fatores, tornando a atividade exportadora com estrutura inalterada por mais de três séculos, mesmo que ultrapassando momentos econômicos distintos.

Segundo o autor, a produção de açúcar se mostrava tão rentável que a produção de alimentos para o abastecimento interno se mostrava antieconômica, o que ocasionou o desenvolvimento da pecuária no interior do país, já que o governo português proibira a criação de gado na faixa litorânea. Com o intuito de expandir e proteger a economia açucareira, Portugal buscou ocupar todo o território da colônia.

Tal atividade tinha baixa rentabilidade e não carecia de extensa margem de mão de obra, tendo o povo indígena se adaptado de maneira fácil. Assim, com o crescimento desta atividade produtiva, a renda média da população que dela dependia reduzia devido a distância geográfica entre o centro açucareiro e o centro pecuário, elevando os custos e

reduzindo os lucros, o que consolidou a atividade como voltada à subsistência. Celso Furtado então conclui:

Observada a economia criatória em conjunto; sua principal atividade deveria ser aquela ligada à própria subsistência de sua população. Para compreender esse fato, é necessário ter em conta que a criação de gado também era em grande medida uma atividade de subsistência, sendo fonte quase única de alimentos, e de uma matéria-prima (o couro) que se utilizava praticamente para tudo. Essa importância relativa do setor de subsistência na pecuária será um fator fundamental das transformações estruturais por que passará a economia nordestina em sua longa etapa de decadência. (FURTADO, 2007, p. 99-100).

Sobre a formação do complexo econômico do Nordeste, o autor ressalta que com a queda do preço do açúcar, emigração da mão de obra especializada para produção de ouro e o aumento no preço dos escravos, atividade produtiva voltada à especiaria entra em declínio. A atividade pecuária, por sua vez, se encontrava como uma atividade de subsistência de baixa produtividade. Durante esse período de declínio, acarretou-se uma redução relativa da renda monetária o que gerou a produção de artigos que antes eram importados, com o couro transformando-se em único artigo que poderia gerar renda aos pecuaristas.

Dessa forma, a economia que outrora era de grande produtividade na região nordeste, passa a aderir índices de baixa rentabilidade, onde a maioria da população produz apenas o suficiente para consumo próprio, gerando retrocesso tanto no processo de divisão do trabalho, como nas técnicas produtivas, bem como na especialização da mão de obra. O autor, ao final do capítulo XI, afirma sobre a decadência da empresa açucareira:

A formação da população nordestina e a de sua precária economia de subsistência -elemento básico do problema econômico brasileiro em épocas posteriores - estão assim ligadas a esse lento processo de decadência da grande empresa açucareira que possivelmente foi, em sua melhor época, o negócio colonial-agrícola mais rentável de todos os tempos. (FURTADO, 2007, p.106).

Como forma de elucidar seu raciocínio na parte II, Furtado ressalta que quando no auge, a atividade açucareira buscou estender seu domínio sobre os territórios da colônia, especialmente na região Norte. Esse movimento tinha por finalidade a manutenção do monopólio na produção de açúcar e ocupar de maneira efetiva as terras para que não se tornasse dispendiosa a defesa das mesmas frente a ameaça exterior. Com isso, iniciou-se o processo de caça aos índios, bem como os colonos passaram a conhecer

melhor a floresta da região ao Norte. Foram descobertos nesse período produtos como o cacau, cravo, canela, baunilha e resinas aromáticas que começaram a ser exportados pela colônia do Maranhão, que se utilizou da mão de obra indígena, negociada a partir de trocas de produtos de baixo valor, tornando o comércio das mercadorias extremamente rentável.

Portanto, conclui-se que a mão de obra indígena foi de suma importância para a expansão territorial portuguesa, assim como para a atividade criatória e de couros na região Sul (FURTADO, 2007, p.111). Com a crise no setor do açúcar, a coroa portuguesa obteve baixa arrecadação de impostos, aumento dos setores voltados à subsistência, reajuste no nível de importações, além de desvalorização cambial da sua moeda. Tal desvalorização, por sua vez, favorecia o comércio do açúcar, pois este ficava com preço mais atraente frente ao mercado internacional, mas prejudicava o setor de importações, que até o momento sofria com a escassez de produtos básicos, como o sal e armas de fogo.

3.2.3. Parte III - Economia Escravista Mineira – Século XVIII

Com a crise do açúcar, a colônia buscou formas de reerguer-se novamente, iniciando dessa forma a busca por metais preciosos no território que lhe era conferido. Assim, a coroa portuguesa passou a investir na busca por ouro, por meio de investimento financeiro e de mão de obra, onde até então se encontrava apenas técnicas precárias de exploração. Para se iniciar a mineração, não era necessário investimentos demasiados caros, visto que a exploração era feita por minas de pequeno porte. Nesse período, a população europeia que residia no Brasil chegou a expandir-se dez vezes mais que no período açucareiro.

Sobre a questão da mão de obra durante a colônia de exploração mineira, a mesma se configurou de maneira diferente do período anterior, uma vez que os escravos detinham maior liberdade para transitar em meio a sociedade, bem como poderia acumular reservas com finalidade de adquirir sua própria liberdade. O advento da mineração possibilitou também a ascensão social, antes nula na economia açucareira, assim como a formação de um novo mercado que utilizava as mulas como meio de abastecimento e escoamento da produção. Para Furtado, o conjunto de fatores facilitadores da economia baseada na mineração foram responsáveis por:

A combinação desses dois fatores - incerteza e correspondente mobilidade da empresa, alta lucratividade e correspondente especialização - marca a organização de toda a economia mineira. (FURTADO, 2007, p.121).

A exportação de minério teve seu pico entre 1750 e 1760. Entretanto, sua renda quando comparada ao açúcar ainda se constatava como inferior. Dessa forma, embora não tão rentável, a economia mineira se mostrava mais favorável ao crescimento e desenvolvimento do mercado interno, tendo em vista que na economia açucareira, a falta de interesse da coroa portuguesa marcava a forma de funcionamento do mercado, assim como sua produção ter sido voltada à exportação.

Dessa forma, uma região cujo povoamento se fizera em um sistema de alta produtividade, e em que a mão-de-obra fora um fator extremamente escasso, evoluiu numa massa de população totalmente desarticulada, trabalhando com baixíssima produtividade numa agricultura de subsistência. Em nenhuma parte do continente americano houve um caso de involução tão rápida e tão completa de um sistema econômico constituído por população principalmente de origem europeia. (FURTADO, 2007, p.134).

Conforme fora se reduzindo a produção mediante a escassez nas minas de ouro, e não tendo sido articulado novas formas de desenvolvimento do mercado interno, os grandes investidores perdiam seu dinheiro, além do suporte de mão de obra escrava, que se tornava cada vez mais inacessível. Diminuía-se o investimento de capital em função da mineração. O autor conclui, que em algumas décadas, todo o sistema econômico que se baseava em torno da extração de ouro havia sido desarticulado.

3.2.4. Parte IV – Economia de Transição Para o Trabalho Assalariado – Século XIX

Com a queda do valor das exportações baseadas no açúcar e no ouro, em meados do final do século XVIII, ocorre um declínio econômico geral no Brasil. Soma-se a essa crise, o aumento populacional em território brasileiro, que acarreta redução da renda per capita, chegando está ao seu menor nível em todo período colonial. Durante essa época, constata-se que a economia brasileira se concentrava nos polos do açúcar, que se ligava à pecuária do nordeste, e o polo do ouro, que se ligava a pecuária praticada ao sul do país. Ainda de acordo com Furtado “*esses dois sistemas, por seu lado, ligavam-se frouxamente através do rio São Francisco, cuja pecuária se beneficiava da meia distância a que se encontrava entre o Nordeste e o centro-sul para dirigir-se ao mercado que ocasionalmente apresentasse maiores vantagens.*” (FURTADO, 2007, p. 138).

Ao Norte, se desenvolviam com autonomia as regiões do Maranhão e do Pará. O Maranhão se articulava mediante a região açucareira através da pecuária, e o Pará, como núcleo isolado, se manteve devido a extração vegetal oriunda da floresta amazônica, com base na exploração da mão de obra indígena. Simultaneamente, o restante da colônia se vê diante de estagnação econômica. Entretanto, no início do século XIX, alguns fatores como a transferência do governo para a colônia, assim como a abertura dos portos, criam um clima otimista frente a crise até então vigente.

A crescente atividade voltada à indústria por parte da Inglaterra, no mesmo período também se mostra como fator relevante a retomada de crescimento econômico do Brasil, tendo em vista a crescente procura por algodão para a indústria têxtil, beneficiando o Nordeste, especialmente o Maranhão que passa a dedicar-se na produção do material. Entretanto, essa retomada de crescimento era baseada em disfunções no mercado internacional de produtos tropicais, o que torna o Brasil, no momento politicamente independente, frágil na defesa de sua posição nos mercados que tradicionalmente exportava.

Houve, no acordo comercial estabelecido entre o Brasil e a Inglaterra, incoerências referentes as vantagens que os ingleses exerciam em função do Brasil, o que gerava um agravamento das dificuldades econômicas já enfrentadas pelo país. Como resposta a esse processo de desaceleração econômica e dificuldades políticas, há rebeliões armadas ao norte e extensa guerra civil ao sul. No ápice desses conflitos, surge um novo produto capaz de alavancar a produção agrícola no país: o café.

Celso Furtado, em seguida, inicia uma análise que confronta os modelos de desenvolvimento aplicados pelo Brasil e pelos Estados Unidos da América. Furtado concentra-se em explicar a razão para o Brasil não ter se industrializado no início do século XIX elencando as disparidades que este tinha em relação aos EUA e em como os acontecimentos políticos da época influenciaram, como os acordos comerciais de 1810 e 1827 entre Brasil e Inglaterra, que acarretaram em instabilidades políticas e econômicas internas e externas. Porém, não se pode afirmar que tais acordos enfraqueceram as chances de industrialização do Brasil no período, impedindo-lhe de aplicar medidas protecionistas. O autor dá ênfase ao afirmar que tais medidas, quando tomadas pelos EUA:

O protecionismo surgiu nos EUA, como sistema geral de política econômica, em etapa já bem avançada do século XIX, quando as bases de sua economia já se haviam consolidado. (FURTADO, 2007, p. 152).

Para o economista, o desenvolvimento econômico do Brasil, neste período, dependia da expansão de suas exportações. No entanto, o país estava baseando-se apenas na produção e do consumo interno, pois os ciclos econômicos estavam em declínio. Seria, portanto, inútil aquecer o setor industrial em um país sem capacidade para importar e sem base técnica. O autor salienta que o processo de industrialização deveria ter-se iniciado com base na produção existente, como a de tecidos, por exemplo (FURTADO, 2007, p.155-156).

Mesmo retirando da equação a inviável prática de uma política de industrialização numa nação controlada por senhores agrícolas; o sucesso de tais políticas ficaria dependente de uma ampla e sólida política de exportação. Assim, o entrave das exportações na primeira metade do século XIX, foi a causa central do atraso relativo da economia brasileira no período. A retomada do crescimento das exportações só foi possível mediante o protagonismo do café no seio produtor brasileiro. Portanto:

Surgira o produto que permitiria ao país reintegrar-se nas correntes em expansão do comércio mundial; concluída sua etapa de gestação, a economia cafeeira encontrava-se em condições de autofinanciar sua extraordinária expansão subsequente; estavam formados os quadros da nova classe dirigente que lideraria a grande expansão cafeeira. Restava por resolver, entretanto, o problema da mão-de-obra. (FURTADO, 2007, p 172.).

No que tange ao problema da mão da obra, Celso Furtado elenca alguns importantes aspectos então relevantes ao período. Entre eles, reforça o fato de que a mão de obra nacional era constituída majoritariamente por escravos, sendo eles em uma quantidade já reduzida frente ao período açucareiro. Elenca ainda, que de acordo com o censo demográfico de 1872, a taxa de mortalidade da população escrava era maior que a taxa de natalidade, colocando o país frente a uma elasticidade da oferta de mão de obra.

A fim de sanar tal problema, iniciou-se o incentivo a importação da mão de obra europeia, com intuito de elevar a oferta de trabalho nas grandes lavouras de café. Como visto em *FEB*:

Estava, portanto, lançadas as bases para a formação da grande corrente migratória que tornaria possível a expansão da produção cafeeira no estado de

São Paulo. O número de imigrantes europeus que entram nesse estado sobre de 13 mil, nos anos de 1870, para 184 mil no decênio seguinte e 609 mil no último decênio do século. O total para o último quartel do século XIX foi 803 mil, sendo 577 mil provenientes da Itália. (FURTADO, 2007, p. 188).

Entre os anos de 1875 e 1910, ocorreu um processo migratório da região nordeste para a região amazônica, tendo em vista o advento da demanda da borracha, matéria-prima de crescente procura no mercado mundial, prestes a se tornar fundamental devido à expansão no mercado, cujo processo de extração deveria ser executado com urgência. De acordo com o autor, o processo fora dividido em duas etapas:

A evolução da economia mundial da borracha desdobrou-se assim em duas etapas: durante a primeira encontrou-se uma solução de emergência para o problema da oferta do produto extrativo; a segunda se caracteriza pela produção organizada em bases racionais, permitindo que a oferta adquira a elasticidade requerida pela rápida expansão da procura mundial". (FURTADO, 2007, p. 191).

Ainda no que tange à questão da mão de obra, Furtado afirma que em sua modalidade escravista, tinham-se a mesma como forma de patrimônio, sendo sua libertação vista como prejudicial à economia do período, revertendo-se em pobreza.

Ao elencar modelos econômicos que abortaram seu processo de utilização de mão de obra escrava, o autor menciona o exemplo das Antilhas, que com a pequena extensão de terra converteu a população escrava em servidores, que buscavam a subsistência, não ocasionando em grandes mudanças frente à situação anterior. Menciona ainda o exemplo das terras abundantes, que acarretavam a fuga da mão de obra que visava aglomerar-se, a fim de alcançar a subsistência, causando graves problemas os proprietários de terras, que mesmo oferecendo remuneração para a mão de obra, sofriam com a queda dos lucros.

Com a libertação da mão de obra na região cafeeira, ocorre uma redistribuição de sua oferta, o que conforme o autor, ocasionou na necessidade de ofertar remuneração ao trabalhador, o que não refletiu em grandes consequências econômicas para o setor.

Com isso, Furtado afirma que no início do século XX o Brasil alcança índices de desenvolvimento elevados, tendo como fator impulsionador a economia voltada a exportação com base no café. Entretanto, esse desenvolvimento não foi uniforme frente à totalidade do território brasileiro, com os Estados produtores de café sendo responsáveis pelo aumento da renda per capita da nação:

Como a quantidade de café exportado aumentou 341 por cento, e os preços do produto, 91 por cento, entre os anos 40 e o último decênio do século XIX, deduz-se que a renda real gerada pelas exportações desse artigo teria crescido à taxa anual de 4,5 por cento. Dado o crescimento da população, a taxa de aumento anual da renda real per capita seria de 2,3 por cento. (FURTADO, 2007, p. 212).

Esse aumento de renda, também ocasiona pelo advento de uma elevação no mercado consumidor vindo da nova rede de trabalho assalariado, além do êxito na exportação do café, impulsiona um aquecimento na economia interna. Entretanto, o novo sistema baseado no trabalho livre apresentava uma série de fatores problemáticos, sendo o principal a sua incapacidade de se adaptar ao padrão-ouro – base da economia internacional no período -, que determinava que todo país deveria ter uma grande reserva em metais preciosos (ou conversíveis) com finalidade de sanar problemas no Balanço de Pagamentos.

Dessa maneira, nesta etapa, Furtado busca indagar como essas regras poderiam ser inseridas em uma economia que tem como fonte principal de renda a exportação de produtos primários, além de o número de importações ser igual ou superior ao número de exportações (FURTADO, 2007, p. 226). Furtado elucida como crucial a compreensão da crise que se instala nos centros industriais, com a queda nos preços dos produtos primários, gerando a redução da entrada de divisas no país mediante a redução do preço das matérias-primas exportadas. O autor considera, além dos fatores anteriormente elencados, que as relações entre o comércio exterior e as finanças públicas também se mostram relevantes, tendo em vista que a renda governamental tinha origem principalmente da taxação sobre as importações. Com isso, atenta-se ao fato de que as crises atuavam de fora para dentro, acarretando grandes consequências.

Em fases de retomada do crescimento, a melhoria da produtividade ficava sob posse do empresário, acarretando na concentração de renda. Em fases de queda de crescimento, ocorria queda na produtividade do setor exportador, sendo o prejuízo abarcado pelo empresário, tendo como finalidade a tentativa de manter em níveis estáveis os índices de emprego.

Para finalizar a quarta parte de sua obra, Celso Furtado analisa a depreciação cambial do período, afirmando que ocorria uma troca entre as economias de subsistência e exportação, sendo o principal beneficiário o exportador, tendo em vista que a população assalariada revertia seu capital em consumo, que gerava maior procura por produtos.

Sendo a baixa distribuição de renda uma realidade causada pela depreciação do câmbio, o valor do ouro caía, gerando problemas, pois o governo tinha dívidas a quitar em metal precioso. Assim, o Estado via-se pressionado a emitir papel moeda para garantir a manutenção de serviços públicos básicos. Furtado pontua que nesse período se inicia tensões entre os dois níveis de governo – estadual e federal – que se prolongará pelos próximos decênios do século XX (FURTADO, 2007, p. 248).

3.2.5. Parte V – Economia De Transação Para Um Sistema Industrial – Século XX

A última década do século XIX se mostrou extremamente favorável ao cultivo de café em solo brasileiro. Isso foi possível mediante o declínio dessa modalidade de produção em outros países, como foi o caso da produção asiática, afetada por enfermidades que praticamente destruíram os cafezais da Ilha do Ceilão. Contudo, com a descentralização republicana, a questão do processo de imigração virou responsabilidade dos Estados, em especial pelo Estado de São Paulo, sendo regido principalmente pelos grandes produtores de café.

Por fim, tem-se a elevada concessão de crédito para a expansão de novas terras cultiváveis e a elevação dos preços do café em moeda nacional com a depreciação do câmbio. Contudo, tais fatores também tornaram possíveis que com o passar do tempo os preços relacionados ao café despencassem, não se freando a quantidade produzida. Constatou-se, portanto, em meados do século XX, uma superprodução de café em terras brasileiras.

A produção do café, que se encontrava em pleno vapor, teria de seguir crescendo, pois os cafeicultores haviam continuado a expandir o cultivo do produto até aquele momento. Em decorrência desse fato, o auge da produção cafeeira fora alcançado em 1933, nível mais baixo da depressão que se instaurou no início da década de 1930. Na outra margem do mesmo período, a obtenção de novas fontes de crédito vindas do exterior para financiamento da retenção dos estoques se mostrava impossível, tendo em vista que o mercado externo sofria as graves consequências da crise e o crédito governamental evaporava junto com suas reservas. Assim, fora impossível evitar a queda do preço internacional do café juntamente com todos os produtos de características primárias em meados de 1929.

O financiamento dos estoques retidos de café com os recursos externos, dessa forma, significava a manutenção do equilíbrio na balança de pagamentos. Como

consequência, a expansão das importações induzidas pela inversão em estoque do produto arduamente poderia ultrapassar o valor dos estoques retidos, os quais tinham cobertura cambial total. Com a crise de 1929, a predominância do café perdeu quase metade da sua potência e grande parte dos seus investimentos foram revertidos para a produção de algodão. Em suma, a reação frente à crise foi rápida, mas a sua reação, segundo o autor, se deve não somente aos estímulos externos, tendo a produção primária crescido consideravelmente no período de recuperação econômica.

Devido às altas taxas de câmbio, reduziu-se quase que pela metade o poder de aquisição externo da moeda nacional e barateou-se o preço das mercadorias produzidas em solo brasileiro, tendo como consequência o desenvolvimento industrial ainda na década de 1930. Tendo passado a ter protagonismo em relação ao nível de preços relativos, a taxa cambial ficou refém das flutuações da época. As perdas acarretadas pela brusca baixa nos preços relativos de mercadorias importadas acarretavam desconfiança do mercado interno, diminuindo a inserção de recursos na produção interna de manufaturas.

Com a liberação das importações após a guerra e após a regularização da oferta externa, o coeficiente de importações se elevou consideravelmente. Isso se deu mediante o fato de que ao se estabelecer o nível de preços relativos em 1929, a população retomou ao nível de gastos relativos em produtos importados. Sendo tal demanda incompatível com a capacidade de importação, tornar-se-ia insustentável as possibilidades de pagamento no exterior. Com finalidade de corrigir esse desequilíbrio, tendia-se a desvalorizar substancialmente a moeda ou a introduzir controles sobre as importações.

A aceleração do ritmo de crescimento da economia deveu-se ao controle que se exigiu as importações e a política cambial aderidas pelo governo. Com a manutenção dos baixos custos de equipamentos importados, em consonância com o aumento dos preços internos da produção nacional, obteve-se a eficácia marginal das inversões nas indústrias. Destaque para o aumento dos preços nas manufaturas de produção interna que promoveu um aumento da produtividade econômica com o avanço de preços de troca com o mercado internacional.

Os capitais adicionais de que dispuseram os industriais foram criados fora da economia, por meio do aumento geral de produtividade econômica que vinha da baixa relativa de preços de importação. Conferir ao processo inflacionário um aumento de capitalização tornar-se-á uma análise rude. Ao analisar os países latino-americanos, o

autor verifica que esse processo não tem autonomia de elevar a capitalização de forma gradual e efetiva. Entretanto, seria errado ignorar o papel da inflação no Brasil no período sobre a elevação dos preços.

Ao iniciar suas perspectivas para os próximos decênios, Celso Furtado afirma que assim como a segunda parte do século XIX foi moldado pela metamorfose de uma economia baseada no trabalho escravo para o trabalho assalariado, a primeira parte do século XX é marcada pelo início da transformação do sistema que tinha como centro dinâmico, agora, o mercado interno.

Segundo o autor, o desenvolvimento econômico não retira participação do comércio exterior no produto nacional. Conforme exposto nas fases iniciais de desenvolvimento das regiões com baixa densidade demográfica e alta captação de recursos naturais, um rápido crescimento do setor externo torna possível a capitalização e torna possível o progresso das bases técnicas. No caminho que uma economia toma ao desenvolver-se, o papel do comércio externo se modifica. Primeiro, determina-se o nível de procura efetiva. Ao se tornar débil o estímulo externo, todo o sistema se retrai. As retrações, no entanto, não são suficientes para paralisar todo o processo de desenvolvimento até então sustentado. Se a situação se prolongar mediante a continuidade da retração da procura externa, tem-se o processo de reversão a forma de economia voltada basicamente para a subsistência. Essa dinâmica dependente dos estímulos externos e internos constitui a forma da economia brasileira até a Primeira Guerra Mundial.

Furtado, por fim, analisa a disparidade entre as relações econômicas internas e as variações de produtividade de cada região do país. O autor mostra-se preocupado com a solução do problema, que segundo ele exigira um aproveitamento racional dos recursos e dos fatores econômicos de cada região, que promoverá o crescimento da nação, além de integração regional e melhor distribuição da mão de obra, tornando a renda mais bem-disposta (FURTADO, 2007, p. 335). O desafio, no entanto, se encontra nas dimensões do país, tanto geográficas quanto demográficas, sendo os recursos naturais disponíveis um meio potencializado da capacidade de desenvolvimento do Brasil.

3.3. CARÁTER GERAL DA OBRA FORMAÇÃO ECONÔMICA DO BRASIL

É possível dizer que o sistema analítico de Celso Furtado se dá com base em três pilares. O primeiro seria o Positivismo, através do qual o autor concebe a ideia de que a

ciência seria a via mais correta de se obter o conhecimento sobre uma determinada situação²², através da empiria, análise e síntese próprias do método científico em si.

Há também, duas linhas de sociologia que se expressam de forma marcante na obra furtadiana, marcando um segundo pilar em que o sistema furtadiano se baseia. Uma delas é a do autor Karl Mannheim (1893 – 1947), e a outra é a de Gilberto Freyre (1900 - 1987), as quais afirmam que o conhecimento, para ocorrer de forma completa, deve levar em consideração o cenário social e sobre o qual aquela ciência se debruça.

Furtado acrescentaria, ainda, a essas duas influências teóricas, os conceitos do estruturalismo histórico dualista, cultivando assim, um terceiro pilar para o nascimento de seu método próprio de analisar a economia sob uma perspectiva histórica. Passaria a utilizá-lo nos seus estudos e pesquisas acerca da realidade econômica brasileira, com o objetivo de entender o subdesenvolvimento, explicar suas nuances e buscar uma solução para o mesmo.

3.3.1 Formação Econômica do Brasil e o Subdesenvolvimento.

O tema do subdesenvolvimento é extremamente importante e recorrente quando se tratando da obra de Celso Furtado, desse modo, para se falar em tal assunto, é de grande relevância tratar do aspecto regional na obra furtadiana, de forma mais específica, no presente trabalho, como o desenho regional se estrutura e serve de base para o desenvolvimento do raciocínio de Celso Furtado acerca do subdesenvolvimento na obra *Formação Econômica do Brasil*.

Nela, o autor alinhava pensamentos que já haviam sido mencionados por ele, de forma separada, em seus textos anteriores, desse modo, pode-se, de acordo com Ricardo Bielschowsky afirmar que existem três pontos de grande destaque na sua abordagem, principalmente no que se refere ao subdesenvolvimento. Primeiramente realiza uma comparação entre o subdesenvolvimento nacional e o desenvolvimento norte-americano, demonstrando como o viés histórico é de importância ímpar para compreender os pilares da economia periférica da Europa.

22PEREIRA, Cláudia Gonçalves. Celso Furtado e a Teoria do Subdesenvolvimento. Disponível em: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=386&Itemid=171 > acesso: maio de 2019, p.2.

O segundo ponto mostra a influência de Keynes²³ no pensamento de Celso, principalmente no que se refere ao fato de que o autor passa a elaborar conceitos e pensamentos sobre os entraves para o desenvolvimento de uma melhor renda, de um mercado mais dinâmico e uma estrutura de produção mais efetiva, além de, e esse é seu terceiro ponto marcante, notar a multiplicidade dos fatores que compõem a economia brasileira, percebendo a existência de uma economia de subsistência, que seria anterior à economia cafeeira, mas que coexistiria e ultrapassaria tal economia, sendo englobada em alguns casos, pelo latifúndio pecuarista, empurrado para o interior pelo crescimento da agricultura voltada para a exportação.

A problemática das diferenças regionais no cenário brasileiro é um elemento que está presente na maioria dos escritos de Furtado, o qual se dedica a uma abordagem histórica para melhor explicar a formação e estruturação econômica do país²⁴. Para o autor em questão, o subdesenvolvimento é fruto direto de uma configuração específica do sistema capitalista, que pode se desenvolver em níveis diferenciados²⁵.

Outro ponto de bastante relevância na obra em comento é a concepção de centro-periferia, esta, tendo sua semente conceitual elaborada na crítica à teoria das Vantagens Comparativas de Ricardo²⁶, e seus desdobramentos, através da teoria de comércio internacional, em particular o teorema de intensidade de fatores elaborado por Eli Heckscher e Bertil Ohlin no início do século XX. O conjunto dessas ideias defendia, no campo da política econômica internacional, que a dinâmica do sistema econômico mundial deveria ter como elemento basilar, uma divisão internacional do trabalho, feita a partir da disponibilidade de fatores produtivos nos países. Dessa forma, não haveria uma verdadeira paralisação de acúmulo de capital, algo temido pela economia, pois essa seria a principal característica do desenvolvimento econômico²⁷.

23 BIELSCHOWSKY, Ricardo. O pensamento econômico de Celso Furtado. In: Pensamento econômico brasileiro. V.9, n°4, 1996, <http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm=%22Forma%C3%A7%C3%A3o%20econ%C3%B4mica%20do%20Brasil:%20uma%20obra%20de%20estrutura%20cepalino%22> > Acesso em: abril de 2019. p.42.

24 CANO, Wilson. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, pp. 93-120.

25 Ibid. p.93

26 RICARDO, D. Princípios de Economia Política e Tributação. São Paulo: Nova Cultura, 1985, p.56.

27 TAVARES, Hermes Magalhães. Desenvolvimento Regional e Poder Regional. Disponível in< <http://rbeur.emnuvens.com.br/rbeur/article/view/392>> acesso em: maio.2019. p.12.

Raúl Prebisch, em seu *Estudio económico da América Latina*, em 1949, realiza uma primeira crítica a essa maneira de ver o comércio internacional e o desenvolvimento econômico. Prebisch ao criticar esse modelo de alta especialização e livre comércio, se lança à comprovação de sua tese, utilizando as atividades de exportação e importação da Inglaterra com outros países que se dedicavam à exportação de produtos primários, exemplificando que os elementos do intercâmbio eram consideravelmente inferiores para os países da periferia, já que o preço dos produtos industrializados não declinavam em relação à organização do trabalho e aos controle de preços nos países fora do eixo periférico. A especialização em produtos primários dos países periféricos os condenaria ao atraso tecnológico e ao subdesenvolvimento, segundo Prébisch.

Celso Furtado considera que o conceito de Prebisch seja sincrônico, que nada mais é do que uma abordagem metodologicamente diferenciada, com seu sistema teria uma dualidade de cortes historicamente considerados, um levando em consideração o poder da Inglaterra e o outro, o poder econômico dos Estados Unidos. Furtado, ao se lançar aos estudos no cenário brasileiro, considera seu método diacrônico²⁸.

O subdesenvolvimento é uma das várias possibilidades do desenrolar da economia mundial em um cenário modernizado, herdeiro da Revolução Industrial Europeia do século XVIII, a qual, teve um papel fundamental na caracterização de toda a economia mundial, tendo esta última, três elementos bem marcantes: O desenvolvimento Industrial dos países da Europa Ocidental, núcleos industriais semelhantes aos Europeus e a formação de economias desprovidas de independência:

O crescimento das economias européias, que se industrializaram no século xix, consistiu fundamentalmente numa revolução tecnológica. A medida que iam penetrando as novas técnicas, sucessivos segmentos do sistema econômico preexistente se desagregavam. Sendo essa desagregação muito rápida na primeira etapa, a oferta de mão-de-obra crescia suficientemente para alimentar o setor mecanizado em expansão e ainda exercer forte pressão sobre os salários. Por outro lado, a desagregação do sistema pré-capitalista intensificava o processo de urbanização, o que por sua vez facilitava a assistência médica e social e, destarte, acarretava uma intensificação no crescimento vegetativo da população. Com efeito, registrou-se na Inglaterra um substancial aumento na taxa de crescimento da população no correr do último quartel do século xviii e primeiro do xix, se bem que, segundo as opiniões mais autorizadas, dificilmente se possa negar que durante esse período pioraram as condições de vida da classe trabalhadora¹⁰⁸. No caso brasileiro, o crescimento era puramente em extensão. Consistia em ampliar a utilização do fator disponível - a terra - mediante a incorporação de mais mão-de-obra. A chave de todo o problema econômico estava, portanto, na oferta de mão-de-obra. Caberia,

28 Ibid.p.13

entretanto, indagar não existia uma oferta potencial de mão-de-obra no amplo setor de subsistência, em permanente expansão? É esse um problema que convém esclarecer, se se "pretende compreender a natureza do desenvolvimento da economia brasileira nessa etapa e nas subseqüentes. (FURTADO,1958, p.121-122)

O autor se lança ao estudo da agricultura de forma incisiva, para melhor arquitetar como essa atividade e a forma de sua execução, teve um papel decisivo na formação da economia nacional, e, desta forma, caracterizar historicamente, os elementos que influenciaram o subdesenvolvimento em escala nacional.

Por mais que sua obra centralize sua análise naquilo que se chama de *empresa agrícola açucareira do nordeste*, o autor não deixa de fora outras formas de atividade que foram surgindo em espaço diferenciados, tais quais a crise da mineração no século XVIII, a cafeeicultura nos séculos XIX e XX além de agriculturas menos desenvolvidas no Espírito Santo e no Sul²⁹. Todas essas, por mais que naturalmente, tenha caracteres próprios para o seu desenvolvimento, de acordo com a localização com a forma de produção, acabam por desembocar naquilo que Furtado chama de *agricultura itinerante*, a qual é o lápis que desenha o molde principal da estrutura social nacional.

Um elemento marcante no campo da concretização da agricultura itinerante foi a *plantation escravista*³⁰, esta, tendo encontrado o cenário perfeito para o seu desenvolvimento, no fato de que havia uma grande oferta de terras, e em contraposição, havia um diminuta quantidade de pessoas livres que pudessem de fato, serem proprietárias dessas mesmas terras, juntando-se a esse aspecto, a alta concentração de propriedade fundiária, que tem uma elaboração histórica e só se acentuou com a criação da Lei de Terras em 1850.

Havia ainda, o latifúndio pecuário, que foi se elaborando e desenvolvendo de forma secundária em relação ao campo de atuação da grande agricultura exportadora, no entanto, tal atividade, era empurrada de forma cada vez mais incisiva para o interior, enquanto a agricultura itinerante expandia suas fronteiras físicas.

29 Ibid. 94

30 Tipo de sistema agrícola baseado em uma monocultura de exportação mediante a utilização de latifúndios e mão-de-obra escrava. (FURTADO, 2007, p. 182).

Vale ressaltar que mesmo com a grande crise econômica que assolou a atividade açucareira nos séculos XVIII e XIX, a dinâmica da agricultura itinerante foi pouquíssima afetada, tendo se desenrolado de forma até mesmo produtiva, sem nenhum atropelo, fazendo com que o alargamento de sua atuação, ocupasse terras vazias ou acuassem a produção do latifúndio pecuário para regiões mais interioranas, como ressaltado anteriormente e, junto com ele, a agricultura de subsistência, que não raras vezes, foi engolida pela pecuária, passando a fazer parte de sua logística de produção³¹.

Dentro desse cenário, se pode notar que o fato de poucos deterem o poder sobre uma grande quantidade de terras, fez com que, tal domínio representasse, e a sua estrutura interna de propriedade, fincasse o molde de poder econômico e político regional. Quanto mais as fronteiras agrícolas se alargavam juntamente com a ausência de uma maior pluralidade de proprietários de terra, mais o padrão da concentração de propriedade e suas relações internas predominantes, de patrimonialismo e submissão social, se reproduziam e sedimentavam.

Voltando o olhar de forma mais dedicada para o Nordeste, pode-se notar que em tal região, a abolição da escravidão em 1888, com seus efeitos, na maioria formais, não ocasionou nenhuma mudança efetiva na produtividade, visto o fato de que, fora completamente negado aos ex-escravos qualquer forma de propriedade de terras, sendo assim, eles apenas aumentaram o número de mãos na agricultura de subsistência, firmaram parcerias em latifúndios ou emigraram para terras vazias, onde se tornariam posseiros, o que só aumentou e reproduziu as estruturas de ineficácia produtiva e a pobreza, tal qual ocorreu com a crise em Minas Gerais e com o café no Vale do Paraíba³².

Esse grande domínio do capital mercantil acabou por obstaculizar a introdução de um maior progresso técnico na produção, o que levou ao aprimoramento de técnicas degradantes da agricultura, que culminou com a acentuação do caráter itinerante da mesma, sempre buscando mais terras, onde pudesse desenvolver suas atividades. Nessa linha de raciocínio, a concentração de grande propriedade e a pobreza da produção agrícola são diretamente responsáveis pela falta de uma tecnicidade mais elaborada na

31 Ibid. p. 95.

32 Ibid. p. 95.

agricultura, que reflete em uma baixa produção e em altos índices de degradação do ambiente:

No arcabouço analítico de Furtado, a problemática do subdesenvolvimento é organizada em contraposição à situação do desenvolvimento, estado "ideal" que assume a sociedade capitalista quando a incorporação de progresso técnico adquire uma dinâmica endógena. Tal situação é associada à presença de mecanismos de socialização do excedente social entre salário e lucro. (FURTADO, 1958, p.5)

Celso Furtado chega até mesmo, a fazer uma grande e interessante comparação com a estrutura do sistema feudal, no qual, o servo tinha acesso a certa quantia de terras e o senhor, por mais que estivesse em uma situação de superioridade, não poderia se apossar dos rendimentos da terra de forma ilimitada, sendo assim, o servo tinha direitos no feudalismo, aspecto que não se nota no Brasil, onde o acesso às terras era algo extremamente restrito, o que mantinha as estruturas sociais, baseadas na grande concentração do poder sobre a terra, sedimentadas.

Houve um considerável aumento de produtividade, como ligação direta ao fato de que, economias como a cafeeira, passaram a se expandir, e deram origem a um fluxo de ganhos superiores aos salários, que eram reinvestidos na expansão da atividade voltada ao café, provocando a absorção da economia de subsistência e financiando a migração europeia, gerando expansão no setor monetário da economia. Nesse cenário, Furtado refuta a colocação de que, a agricultura brasileira teria dado uma boa resposta ao crescimento da demanda de produtos agrícolas, alegando que a demanda se ampliaria de fato, se houvesse uma melhor distribuição de renda com uma melhoria também nos salários rurais e urbanos.

A reflexão de Furtado sobre subdesenvolvimento parte da constatação de que as premissas históricas que viabilizam o desenvolvimento não estão presentes nas economias subdesenvolvidas. A situação periférica e a reprodução de grandes assimetrias sociais criam bloqueios à inovação e à difusão do progresso técnico que inviabilizam a endogeneização do movimento de transformação capitalista. A dificuldade decorre da impossibilidade de encadear os requisitos técnicos e econômicos de cada fase. de incorporação de progresso técnico. Como a economia periférica carece de força própria, seu movimento de incorporação de progresso técnico responde a uma racionalidade adaptativa condicionada: de fora para dentro, pelas características do processo de difusão desigual do progresso (FURTADO. 1958 p.6)

Afirma ainda, sabiamente, que enquanto os rendimentos da produção agrícola tiveram muito mais relação com a elasticidade das suas respectivas fronteiras geográficas, ou seja, com a apropriação de novas terras, mas não com o desenvolvimento de um aparato mais qualificado de produção, que eleve o nível técnico e o aprimore, o rendimento da terra vai ter um caráter físico muito baixo e a agricultura continuará itinerante.

A grande monta da população rural leva diretamente a um baixo nível salarial, desse modo, surge a ampla necessidade de uma reforma agrária, a qual traria, além de financiamento econômico, um aparato técnico mais desenvolvido, o que iria melhorar a produtividade e conseqüentemente, o acesso aquilo que a agricultura produz, e influenciaria o aumento também, da demanda.

Do ponto de vista da região de mais baixa produtividade, o cerne do problema está nos preços relativamente elevados dos gêneros de primeira necessidade, o que é um reflexo da pobreza relativa de terras ou da forma inadequada como estas são utilizadas. Sendo relativamente elevado o custo de subsistência da mão-de-obra, os salários monetários tendem a ser relativamente altos em função da produtividade, comparativamente à região mais rica em recursos naturais¹⁹⁹. Não existindo nesse caso a possibilidade de apelar para a tarifa ou subsídios cambiais, com o fim de corrigir a disparidade, a industrialização da região mais pobre passa a encontrar sérios tropeços. À medida que se toma consciência da natureza desse problema no Brasil, as tensões de caráter regional que se haviam reduzido substancialmente nos decênios anteriores - poderão voltar a apresentar-se. (FURTADO, 1958, p.236).

O estudo de Celso Furtado acentua que, por mais que no Nordeste, essas características acima mencionadas, fossem mais gritantes, com os baixíssimos índices de desenvolvimento social e econômico, demonstrando que nessa parte do país, a questão regional, era ainda mais acentuada, isso mostra que o subdesenvolvimento econômico está, na verdade, em todo o Brasil.

É seguindo essa esteira de raciocínio, que surge aquilo se chama de ciência regional³³, a qual, foi formulada pelas escolas francesas e americana durante a década de 1950. Tais escolas não foram capazes de explicar a profundidade da situação, no então, foi a semente para que houvesse um maior interesse quanto ao assunto.

Furtado mostra em sua obra, a grande influência Cepalina para a elaboração de seu raciocínio, e tal influência se estendeu para vários pontos do país, e desta forma, várias

³³ Uma escola neoclássica que trata de abordagens analíticas a problemas que são especificamente urbanos, rurais ou regionais.

regiões passaram a ter um olhar mais delicado para sua situação interna e a buscar soluções mais efetivas para o desenvolvimento regional. Um elemento que teve papel decisivo nessa mudança de posicionamento foi a situação da seca no Nordeste, que ampliaram o êxodo para o sul, de pessoas sedentas pela sobrevivência, e esse fator foi uma forte influência para que políticas passassem a se voltar para as questões regionais.

Outro elemento importante nesse contexto foi a percepção de que havia uma grande diferença nas rendas regionais, com bastante injeção de recursos nos polos industriais como São Paulo, o qual concentrava cerca de 50% a 70% do capital da indústria de produção, e isso, somado aos altos investimentos decorrentes do Programa de Metas que se centralizavam no Estado de São Paulo, mostraram que as diferenças e desequilíbrios regionais só se acentuariam, o que fez com que outras regiões tomassem atitudes de uma política com mais pressão quanto ao desenvolvimento do seu respectivo território.

Na obra de Furtado, a questão regional, com suas peculiaridades e caracteres, é um elemento essencial para que seja possível a compreensão do subdesenvolvimento. Sua análise e percepção de subdesenvolvimento, atrelada às questões regionais, demonstra que o núcleo da questão está na relação entre o setor primário, iminentemente voltado para a exportação, e a economia de subsistência, passando pela falta de tecnicidade na produção, que diminui a produtividade e aumenta a pobreza rural, e vai até a necessidade pela reforma agrária e de uma maior elaboração tecnológica nos meios de exploração da agricultura, que trariam benefícios certos para a economia nacional e setorial.

3.3.2. Como Superar o Subdesenvolvimento: o plano furtadiano

Já ficou demonstrado de forma que, dentro do sistema de pensamento furtadiano, o subdesenvolvimento é concebido como um subproduto do capitalismo, ou seja, é uma das possibilidades consequenciais do desenvolvimento natural da estrutura capitalista, e tem níveis desiguais na sua forma de se estabelecer.

A busca pela superação do problema de subdesenvolvimento passa pela dedicação em entender, de fato, a raiz desse problema, para que os elementos que ensejam a sua formação dentro do país, possam ser contornados e superados, sendo assim, é válido mencionar, que, de acordo com os ensinamentos transcritos em FEB, o subdesenvolvimento é fruto de falhas nas estruturas que se resume à dicotomia de

atrasado-moderno³⁴, o que faz com que, o país que tem tais caracteres, acabe por apresentar inúmeros desequilíbrios nos campos sociais e econômicos.

Na concepção de Furtado, o subdesenvolvimento é oriundo de uma trilha histórica, percorrida pela nação, sendo assim, é perfeitamente superável. A ultrapassagem dessa fase de declínio na seara econômica está diretamente ligada à necessidade de fomentar a industrialização e fortificar o mercado interno.

Nesse cenário, surge a iminente necessidade de se realizar mudanças incisivas tanto nos campos econômicos como no político, não podendo tais alterações se resumirem a meros aspectos superficiais, afinal, o próprio exemplo do Brasil³⁵ demonstra que as alterações devem ser mais profundas, pois, o país se industrializou e modernizou, no entanto, a falta de mudanças na sua estrutura criou um campo fértil para o surgimento da marginalidade, essas, como feitos diretos da grande concentração de renda e do crescente endividamento externo. Assim:

É a preocupação em desvendar o caráter da antinomia entre subdesenvolvimento e Nação que pauta a sua investigação sobre a formação econômica do Brasil. O esforço é explicar o processo histórico de constituição das bases técnicas, dos substratos sociais, da matriz espacial, dos "centros internos de decisão" e do Projeto Nacional que impulsionaram a construção de um sistema econômico nacional. O eixo de sua interpretação articula-se em torno da relação contraditória entre a posição periférica da economia brasileira no sistema capitalista mundial e o avanço da industrialização - a espinha vertebral de uma economia nacional. (FURTADO, 1958, p.7).

A industrialização, como a principal via que leva ao desenvolvimento, só é possível, quando encontra seus fundamentos no mercado interno. Desta forma, o crescimento é inevitável, levando às elevações dos índices de bem-estar social, da liberdade e da economia.

Para o autor, esse desenvolvimento “autodeterminado” e “autossustentado³⁶” só é perfeitamente possível com a intervenção estatal, desse modo, o grande instrumento da superação do mal do subdesenvolvimento, é o Estado, o qual, de acordo com Celso, é o único capaz de perceber quais são as necessidades sociais mais gritantes e finalmente, oferecer uma solução mais adequada para as mesmas.

34 PEREIRA, Op.Cit., p.3

35 PEREIRA, Op.Cit., p.3

36 PEREIRA, Op.Cit., p.4.

Nesse mesmo campo de pensamento, Furtado alega ainda, que, os empresários dos países em situação de subdesenvolvimento tem uma tendência natural à debilidade, portanto, o papel do Estado é crucial, pois através de sua atuação há a possibilidade de se ter acesso a uma maior quantidade de recursos e de investimentos para os setores que mais carecem de atenção.

Nas décadas de 1930 e 1950, no Brasil, o Estado teve exatamente esse papel, porém, Furtado afirma que nesse período, a atuação estatal estava imersa em diversas falhas, principalmente no que se refere ao aspecto da linha autoritária e da instabilidade institucional daquele momento.

Para solucionar as falhas de atuação do Estado, com o intuito de moldar seu papel na linha de melhorias e superação do subdesenvolvimento, Celso Furtado afirma que há a necessidade de se estabelecer uma reestruturação institucional do Estado para que, finalmente, ele possa executar seu papel de precursor do desenvolvimento:

A guinada na sua interpretação sobre o sentido da formação cristaliza-se em 1992, com a publicação de *Brasil: A Construção Interrompida*, em que Furtado explicita o grave impasse nacional. Interrompendo um longo ciclo de expansão das forças produtivas, a desarticulação do processo de industrialização subdesenvolvida, que avançava pela linha de menor resistência, ancorada no Estado e impulsionada pela desnacionalização crescente da economia e pela concentração de renda, colocava a formação econômica do Brasil em xeque. (FURTADO, 1958, p.10).

O papel da sociedade também é extrema relevância nesse cenário, pois, com uma atuação mais vigilante, cobrando uma postura correta e produtiva do Estado, ajuda a mantê-lo como uma instituição forte e que não se desvia de suas verdadeiras funções.

Pode-se afirmar então, sem medo de erros, que o autor *de FEB* discorda de uma nação na qual o aparelho estatal seja fraco e omissivo, não tendo uma participação firme e coerente com o crescimento econômico, sendo também avesso às intervenções estrangeiras na economia nacional.

Para Furtado, o papel do Estado é tão crucial, que, sem ele, a economia não consegue caminhar sozinha para uma situação de equilíbrio, sendo assim, o mercado, no cenário de industrialização para superação do subdesenvolvimento também deve ser tutelado pelo aparelho estatal, pois, sem tal presença, o mercado só teria a intenção de

beneficiar o grande capital, sem se preocupar de fato, com as mudanças interno-estruturais necessárias.

Deve-se salientar que ele não exclui por completo a figura e a importância do empresário para o desenvolvimento, no entanto, tomando como base exemplar, o caso norte-americano, o autor coloca que é o estado quem deve definir o local de atuação da parcela empresária da sociedade³⁷.

O Estado, enquanto imã de recursos para fomentar a industrialização, tem como base, uma orientação de planejamento macroeconômico, o qual, de acordo com Celso é algo crucial para que seja possível se alcançar o desenvolvimento industrializado nos países subdesenvolvidos, pois, um planejamento mais detalhado e que consiga englobar todas as necessidades, será muito mais efetivo e propiciará uma melhorias real no campo econômico do país.

Para Furtado, planejar não é sinônimo de imposição de modelo e regras, na verdade, de acordo com mesmo, deve haver espaço, inclusive, para atuação de improvisos e uso da criatividade, visto o fato de que, sempre podem haver mudanças no cenário, e um planejamento fechado e rigoroso jamais permitiria que imprevistos fossem solucionadas nesse cenário.

Quando se trata especificamente do Brasil, Celso fala ainda da necessidade de reformas que devem se concentrar, em campos como o da reforma agrária, que alteraria os elementos constantes dos pilares fundiários, que teria como principal efeitos, a desconstrução da extrema concentração de terras, essa, historicamente concebida como um entrave ao desenvolvimento econômico real, e a criação de uma moldura social onde haja distribuição de terras, ceifando por completo, as antigas estruturas de sedimentação do subdesenvolvimento³⁸:

A abolição da escravatura, à semelhança de uma "reforma agraria", não constitui *per se* nem destruição nem criação de riqueza. Constitui simplesmente uma redistribuição da propriedade dentro de uma coletividade. A aparente complexidade desse problema deriva de que a propriedade da força de trabalho, ao passar do senhor de escravos para o indivíduo, deixa de ser um *ativo* que figura numa contabilidade para constituir-se em simples virtualidade. Do ponto de vista econômico, o aspecto fundamental desse problema radica no tipo de repercussões que a redistribuição da propriedade terá na organização

37 PEREIRA, Op.Cit., p.6.

38 PEREIRA, Op.Cit., p.7.

da produção, no aproveitamento dos fatores disponíveis, na distribuição da renda e na utilização final dessa renda.

Há destaque também para a iminente necessidade, no campo brasileiro, de reformas que devem se concentrar no âmbito fiscal, alterando o modo de financiamento realizado através do poder público, também no âmbito administrativo, com uma mudança substancial na forma como se dirige e coordena os órgãos públicos.

Assim, foi observado por Furtado que tais medidas seriam indispensáveis para que seja possível um cenário com maior ênfase ao interesse público do que ao privado, onde tudo possa coadunar para a efetividade da superação de qualquer entrave ao desenvolvimento econômico nacional. Sobre a temática do projeto para a nação, Juarez Guimarães destaca:

[...] está no fato de ele ser a primeira grande síntese de uma proposta de refundação republicana do Brasil. Isto é, em Celso Furtado amadurece pela primeira vez, em um campo teórico coerente, a solução de nossa problemática nacional mediante um projeto que prevê a superação de nosso quadro histórico de exclusão social em um quadro de aprofundamento dos fundamentos de nossa democracia política. (GUIMARÃES, 2000, p. 23).

Conclui-se, sob essa ótica que o intelectual articula com o desligamento de uma tradição do Estado que concebia a ordem sob uma dinâmica autoritária e como afirma Juarez (2000) se atrela a um diálogo que viabiliza os preceitos de liberdade e democracia, tendo em vista que “[...] em Celso Furtado, as três dimensões da República – o destino nacional, a cidadania social e a soberania popular – estão articuladas em uma lógica mutuamente configuradora.” (2000, p. 24).

3.3.3. Celso Furtado, Formação Econômica do Brasil e o Pensamento Cepalino

A CEPAL surgiu em 1948, criada pelas Nações Unidas, com sede no Chile, tendo como principal missão, estudar o subdesenvolvimento latino-americano e caminhos para que essa situação pudesse ser superada, porém, a comissão acabou indo além do projeto inicial e desenvolveu um método analítico.

Esse método se caracterizava por ser estrutural-dualista, o que significa que a economia em nível mundial, se desenha em uma lógica centro-periferia, que se reproduz de forma diferente em cada país, e também fala aspecto histórico, que acaba por ser o grande marco da abordagem de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, onde se explica a situação do subdesenvolvimento dos países latino-americanos dentro de uma

perspectiva histórica, que de forma mais afinada, no caso do Brasil, demonstra a construção da situação econômica nacional com enfoque na questão regional, detalhando o subdesenvolvimento brasileiro, passando por suas causas e dando por fim, uma solução³⁹.

Ao se analisar a obra que serviu de base para a elaboração do presente trabalho acadêmico, pode-se notar que há uma clara intenção do autor, em utilizar seus escritos, como instrumentos eficazes para a disseminação do pensamento que valorizava o desenvolvimentismo, dentro da lógica de uma abordagem histórica, conforme visto no trecho:

Partindo de uma construção teórica e de uma metodologia de análise histórica *sui generis*, que combina a noção de excedente social da economia política clássica, a teoria das decisões de Weber e Mannheim, o enfoque estruturalista da relação centro-periferia de Prebisch, a teoria da demanda efetiva de Keynes, as lições sobre os círculos viciosos do subdesenvolvimento de Myrdal, Perroux e outros desenvolvimentistas, o objetivo primordial do trabalho de Furtado é desvendar a racionalidade econômica que orienta o processo de industrialização - a espinha dorsal dos sistemas econômicos nacionais. Sua abordagem privilegia as relações de causa e efeito entre expansão das forças produtivas e modernização dos padrões de consumo (FURTADO, 1958, p.5).

Antes de alcançar seu ápice de expressão no livro *Formação Econômica do Brasil*, Furtado elaborou diversos textos, onde foi aprimorando o seu pensamento e o seu método de abordagem, desse modo, já em 1954 o autor publicou o texto *A Economia Brasileira*, onde o a sua abordagem estruturalista já começou a ser aprimorada⁴⁰.

Vale mencionar, que na década em que houve a mencionada publicação, o método estruturalista era visto como sendo demasiadamente frágil, isto, porque, tal método não tinha um delineamento bem estabelecido, além do fato de que a ausência de sistematicidade tornava-o de difícil compreensão, juntava-se a isso, o fato de que modo cepalino de interpretação dependia de forma decisiva, de uma explicação bem elaborada acerca do fato de que o desenvolvimento histórico dos países subdesenvolvido no século XX era o fator determinante e diferenciava tais países daqueles que eram desenvolvidos⁴¹.

Esses elementos eram importantes, pelo fato de que, desse modo, seria possível demonstrar a importância das estruturas das economias dos países com os caracteres de

39 PEREIRA, Op.Cit., p.1.

40 BIELSCHOWSKY, Op.Cit., p. 38.

41 Ibid.,p. 39.

subdesenvolvidos e que, justamente por essas peculiaridades, havia a necessidade de uma abordagem explicativa histórica que esmiuçasse a esteira do desenvolvimento econômico daquelas nações.

A obra furtadiana veio satisfazer todas essas necessidades que estavam em aberto, visto o fato de que, por mais que não fizesse parte das intenções do autor, elaborar um pensamento estruturalista, ele acabou por construir um texto bem claro e de fácil percepção, o que só coadunou com aquilo que a CEPAL tentava transmitir aos pensadores latino-americanos, e, ainda se dedicou a uma elaboração histórica, com intuito de compreensão da formação das estruturas econômicas dos países subdesenvolvidos.

A importância da obra de Celso Furtado pode ser notada pelo fato de que ele conseguiu responder a uma interrogação que já existia desde os primórdios da CEPAL, que se refere à necessidade de uma explicação clara e efetiva quanto ao aspecto do desenvolvimento histórico que diferenciava os países latino-americanos subdesenvolvidos dos países jovens desenvolvidos, e que influenciou diretamente a formação de suas raízes econômicas.

O autor, ao escrever seus textos e obras, e de forma mais brilhante, ao se dedicar na escrita da *FEB*, fez um detalhamento de base estruturalista da formação econômica do país, dando vazão para que esse método se tornasse uma metodologia para analisar de forma mais pormenorizada a formação histórica dos países periféricos⁴².

De acordo com o autor Ricardo Bielschowsky, o livro em destaque nessa pesquisa, é na verdade “um ensaio de interpretação histórico analista”, e não necessariamente uma mera pesquisa histórica. Furtado, no texto *A Economia do Brasil*, passa a ter a abordagem de que, a inexistência de um empresariado que se estruturasse de uma forma mais firme e dinâmica, influenciaria diretamente o fato de que o país não conseguira se desenvolver de forma produtiva e eficaz.

Essa alegação é feita atrelada a um outro raciocínio furtadiano, o de que, há a necessidade de uma maior regulamentação e intervenção estatal, para que haja um cenário com mais desenvolvimento, no entanto, essa abordagem deixou o cenário quando o autor se dedicou a explicar historicamente a formação da economia brasileira, pois, nessa tarefa,

42 Ibid., p. 39.

ele opta por esmiuçar o mecanismo da renda nacional de acordo com os ciclos de produção, tais quais o café, a mineração, a cana-de-açúcar, e por fim a industrialização.

Neste trabalho. Furtado mostra que a economia brasileira está marcada pelo baixíssimo grau de desenvolvimento da economia colonial, pelo atraso na formação do mercado interno, pela eclosão tardia da industrialização, pela subordinação da substituição de importações à lógica da modernização dos padrões de consumo, pela presença de fortes heterogeneidades produtivas, sociais e regionais, bem como pela cristalização de uma estrutura centro-periferia dentro do próprio país que tendia a agravar as desigualdades regionais, pela tendência ao desequilíbrio externo e à inflação estrutural, pelas dificuldades para a consolidação de centros internos de decisão. (FURTADO, 1958, p.8).

Já em *Formação Econômica do Brasil*, o autor muda o uso de “economia colonial” para “economia dependente” para melhor expressar o fato de o aspecto econômico nacional se desenhou um cenário, no qual havia a predominância de exportação de produtos agrícolas primários. Desse modo, não é demais afirmar que nessa obra, Furtado executou com maestria o método analítico cepalino, colocando o subdesenvolvimento, como uma das possibilidades oriundas do capitalismo europeu, e deu grande ênfase à industrialização com atuação e esforço direto do Estado, e também ao planejamento e ao desenvolvimento, que levaria ao melhor desenvolvimento da economia através da industrialização bem organizada⁴³.

43 PEREIRA, Op.Cit., p.2

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este trabalho, ao lançar-se a analisar o discurso presente em *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, discorre antes de mais nada, acerca das fases do autor, falando, por exemplo, dos artigos traduzidos em 1954, e de seu ingresso no Doutorado na Universidade de Sorbonne, concluído com uma tese sobre a economia colonial no Brasil. Fala-se ainda de sua morada no Chile em 1949 onde entrou para a Comissão Econômica para a América Latina – CEPAL, que fora de uma importância incalculável para a obra aqui tomada como base. Menciona-se ainda sua volta ao Brasil em 1950, passando a compor o grupo misto CEPAL-BNDES, onde elaborou teses de relevância tão alta, que serviram de base para o Plano de Metas de Juscelino Kubitschek. Faz-se assim, uma pincelada em cada fato marcante da vida e da obra do autor.

Na continuidade, aborda-se a obra *Formação Econômica do Brasil*, mostrando que no seu primeiro capítulo, Celso se dedica a falar das terras americanas e sua ocupação, vista como um efeito da expansão econômica da Europa, falando ainda da dinâmica do comércio interno, que com seu crescimento, levou ao surgimento das companhias expedicionárias. Na segunda parte, é esmiuçado o período colonial e as suas transformações entre os séculos XVI e XVII, com uma produção que aumentava em grandes escalas e faz aumentar, proporcionalmente, a necessidade de mão de obra, passando-se a utilizar o índio como a melhor opção para solucionar tal problema, desta feita, a comercialização desta via de obra servil, estrutura-se como uma forte demanda mercantil.

Esse fato faz com que as colônias se desenvolvam rapidamente e os engenhos das mesmas passam a ser assalariados, com a emergência de ofícios diferenciados, é nesse momento que a indústria cresce, passa a ter maiores gastos, realiza um maior número de importação de equipamentos, o que se reflete diretamente na diminuição das exportações. Furtado estabelece que esse é o momento de transição, como uma grande dificuldade para a economia colonial devido a invasão holandesa que joga a última pá de cal na economia açucareira.

Em uma terceira parte, o autor foca sua análise na economia escravista mineira e como o seu desenvolvimento possibilita diretamente o povoamento de regiões mais inóspitas, para que fosse possível praticar a agricultura. Nesta específica fase, a pecuária e a agricultura são igualmente fortes, e são diretamente responsáveis pela dinamicidade

da economia. Na parte 4, trata dos acontecimentos históricos extraterritoriais, caracterizados como choques externos, como a Revolução Industrial e a Guerra da Independência Norte-Americana, que fizeram nascer demandas produtivas no Brasil, como as culturas do arroz e do algodão, por exemplo. É nesse período que a economia açucareira tendeu a crescer e o Brasil, tendo transigido da condição colonial para um império sob forte influência do Império Britânico, buscou sua inserção na divisão internacional do trabalho. Surge, então, o café, como uma alternativa rica para o quadro econômico nacional.

Em seguida, fala-se da importância do pensamento cepalino para a obra furtadiana, e de como suas ideias aprimoraram e resolveram as falhas do pensamento estruturalista, dando uma explicação histórica para o subdesenvolvimento e oferecendo uma alternativa para superá-lo: a industrialização.

Assim, verificou-se que os objetivos específicos estabelecidos pelo trabalho monográfico arrolaram que no que tange a análise do discurso de Celso Furtado em *Formação Econômica do Brasil*, que cada fato marcante da vida do autor compôs elemento essencial na construção de seu pensamento, desde sua infância no Nordeste brasileiro à sua experiência acadêmica e profissional no exterior.

A averiguação da relevância de *FEB* formulou que o discurso utilizado na obra mostra que, para Furtado, o Brasil não seria um país pobre, e sim em condições de subdesenvolvimento.

Sobra a captação da influência da obra, *FEB* definiu disciplinas no curso de economia; marcou a historiografia econômica do Brasil; teorizou a explicação da construção da nacionalidade de um povo e adquiriu status de obra literária com características sóbrias de escrita, mantendo-se ainda relevante seis décadas após sua primeira edição.

No que engloba as causas e formas de superação das condições que acarretam o subdesenvolvimento, algumas considerações acerca das ideias demonstradas em *FEB* foram de caráter impar para o aprimoramento de falhas do pensamento estruturalista da CEPAL. Assim, para superar o subdesenvolvimento seria preciso romper com as condições de posse dos meios produtivos e extensividade do emprego da força de trabalho, além da inserção do processo de industrialização no país.

Considera-se, portanto, que *Formação Econômica do Brasil* seria um conjunto de coisas, mas não se limitaria a elas. Tese original dentro das ciências sociais, conferiu nova explicação a um problema recorrente na área, que teria inclusive dado forma aos estudos sobre o desenvolvimento, servindo, inclusive, como fonte empírica para a formulação de um conceito muito caro ao tema, qual seja o de *subdesenvolvimento*. Livro que definiu uma disciplina dos cursos de economia, marcando a historiografia econômica do Brasil, ao apresentar o emprego pioneiro de teorias econômicas de sua época ao entendimento de um processo histórico de formação e consolidação de um contexto com tempo, espaço e dinâmica social. Tornou-se também teoria explicativa da formação da nacionalidade de um povo, a partir de seus elementos ligados às formas de produzir, distribuir e circular riqueza. Há ainda, um lugar para *Formação Econômica do Brasil* como obra literária, pela singularidade de seu estilo de escrita sóbria, quase seca e reconhecimento para além das áreas correlatas e circundantes ao tópico. Livro mais conhecido de Celso Furtado, *FEB* conseguiu ao longo de mais de seis décadas de sua publicação, abarcar todos esses predicados, sem se limitar a qualquer deles. Evidencia-se um todo maior do que a soma de suas partes.

Alguns elementos seriam basilares a essa condição. Primeiramente, apesar de não se tratar da tese de doutoramento de Furtado, elaborada e defendida um decênio antes, no exterior, *Formação Econômica do Brasil* fundamenta-se em uma pesquisa multidisciplinar capitaneada pela História e Economia que apresenta um caráter duplo de pesquisa intensiva e síntese extensiva. Alguns tópicos, considerados centrais à formação econômica do país são tratados com rigor empírico e uso de métodos de interpretação histórica e econômica reconhecidos mesmo à primeira vista, como os casos da rentabilidade da lavoura canavial colonial ou do multiplicador do café, entre o Império e a Primeira República, para citarmos dois exemplos mais imediatos. As teses apresentadas nesses e nos demais tópicos que aparecem ao longo da obra são resultado evidente de pesquisa empírica e bibliográfica realizada em caráter intensivo, no qual se verifica um afinamento à particularidade, ao detalhe, ao dado instantâneo, que, perfilado a outros, confere uma série, um movimento a ser observado e analisado em suas características.

Por outro lado, há um mote na obra que a faz não apenas fugir do estado de tese acadêmica, para tornar-se uma grande “teoria de formação do Brasil”, no molde de obras como *Raízes do Brasil*, de Sérgio Buarque de Holanda (1926), *Formação do Brasil Contemporâneo (Colônia)*, de Caio Prado Júnior (1941), e *Casa-Grande e Senzala*, de Gilberto Freyre (1933). A obra de Furtado aparece notadamente como “caçula” desse

conjunto de obras derivadas dos efeitos do movimento cultural conhecido como Modernismo, no Brasil (1920 – 1930), assim adquirindo seu status de síntese extensiva (sem recair contudo no que é concebido estilisticamente como *haute vulgarisation*). São elementos dessa condição:

1. O mote recorrente da obra, reconhecido pelo próprio Furtado em reminiscências autobiográficas: explicar como um país com as riquezas naturais do Brasil termina por ser um país com pobreza. Toda a obra gira em torno da resposta a essa pergunta, respondida por um termo que o autor cunharia em obra posterior: o *subdesenvolvimento*. Assim, para Furtado, o Brasil não seria um país pobre, mas um país subdesenvolvido. É uma importante mudança de objeto de ação, enquanto proposta de construção social.

2. Furtado não expõe diretamente o termo, mas apresenta suas condições materiais, as quais são historicamente constituídas. As condições do subdesenvolvimento são reconhecidas e recorrentes no início e final de cada ciclo estudado da economia brasileira, a saber: concentração de renda e da posse dos meios produtivos, baixa produtividade, extensividade e primariedade da produção, capacidade ociosa, insuficiência da demanda, e falta de dinamismo do mercado interno. Como decorrências dessas condições, ocorreria um crescimento do produto muito abaixo do potencial, com reduzida capacidade de produção de excedente e poupança líquida, resultando, dada a concentração de renda, na reprodução da pobreza e das condições primárias do subdesenvolvimento, em um ciclo vicioso.

3. Esse ciclo vicioso, o qual perpassa todos os ciclos produtivos reconhecidos até 1930 no livro, tem suas raízes históricas no colonialismo e suas relações sociais produtivas arcaicas, como a estrutura da posse fundiária e a extensividade do emprego de mão de obra.

A partir dessa caracterização, Furtado embasa sua obra em um contratexto mudo que poderia ser chamado de “como superar o subdesenvolvimento brasileiro”. A superação do subdesenvolvimento brasileiro, para Furtado, estaria na ruptura de suas condições primárias, como a posse dos meios produtivos e extensividade do emprego de força de trabalho, por exemplo. As razões para Furtado não ser mais explícito ou mesmo literal quanto à pauta desse contratexto foram reconhecidamente políticas, como o mesmo afirma em um trecho do documentário *O Longo Amanhecer* (2005). É possível afirmar que quase a totalidade de sua obra posterior dedicou-se a manifestar tal pauta.

Assim, *Formação Econômica do Brasil* não é apenas um livro de história ou de economia, tampouco uma mera análise conjuntural da economia brasileira. A obra de

Furtado recua no tempo, para apoiar sua mira para o futuro. Olha para trás, para ver além do horizonte.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, T. VIANNA, S. MACAMBIRA, J. (orgs.) Formação Econômica do Brasil: ensaios sobre a obra clássica de Celso Furtado. Rio de Janeiro: Ipea, 2009.

BARBOSA, W. Relembrando a Formação da CEPAL. Pesquisa e Debate, v. 15, n. 2 (26), 2004.

BIDERMAN, C. COZAC, L.F.L. REGO, J.M. Conversas com economistas brasileiros. 2ª edição. 1996.

BIELSCHOWSKY, Ricardo. O pensamento econômico de Celso Furtado. In: Pensamento econômico brasileiro. V.9, nº4, 1996. p. 134-173.

_____. (Org). Cinquenta Anos De Pensamento Na Cepal, Tradução De Vera Ribeiro. Rio De Janeiro: Record, 2000.

_____. Furtado, o homem que explicou o Brasil. Celso Furtado 80 anos: homenagem da Paraíba. QUEIROZ, R. (Org). João Pessoa: Sebrae/PB, 2001.

_____. **Pensamento econômico brasileiro: o ciclo ideológico do desenvolvimentismo.** 2. ed. Rio de Janeiro: Contraponto, 1995.

_____. (Org). Sesenta Años del Cepal: textos seleccionados del decenio 1998-2008. 1ª edição. Buenos Aires: Siglo Veintiuno Editores, 2010.

CALLADO, A. Os industriais da seca e os “galileus” de Pernambuco. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1960.

BIDERMAN, Ciro. Celso Monteiro. IN: Conversas com economistas. 1991.

BLAUG, M. A Metodologia da Economia, ou Como os Economistas Explicam. 2ª edição. São Paulo. Editora da Universidade de São Paulo, 1999.

BRESSER-PEREIRA, L.C. E REGO, J.M., orgs. **A Grande Esperança em Celso Furtado.** São Paulo: Editora 34, 2001.

BRESSER-PEREIRA, L. C. Models of developmental state. Texto para Discussão EESP/FGV 426, setembro 2016.

CANO, Wilson. Celso Furtado e a questão regional no Brasil. In: TAVARES, Maria da Conceição (Org.). Celso Furtado e o Brasil. São Paulo: Perseu Abramo, 2000, pp. 93-120.

CEPÊDA, Vera Alves. **Raízes do pensamento político de Celso Furtado: desenvolvimento, nacionalidade e Estado democrático.** São Paulo: USP, 1998. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Universidade de São Paulo. São Paulo.

CIRO BIDERMAN, LUIS FELIPE L. COZAC E JOSÉ MARCIO REGO (orgs.). **Conversas com economistas brasileiros.** São Paulo: Editora 34, 1996.

FAORO, R. Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro. Porto Alegre, Globo, 1958.

FURTADO, Celso. Formação Econômica do Brasil. São Paulo: Editora Nacional, 1974b.

_____. Teoria e política do desenvolvimento econômico.

- _____. Criatividade e dependência na civilização industrial. Rio de Janeiro: Paz & Terra. 1978.
- _____. Dialética do desenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura. 1964.
- _____. O Capitalismo Global. Paz e Terra. 7ª edição, 1998.
- _____. **A Economia Brasileira**. Rio de Janeiro: Editora A Noite. 1954.
- _____. **Aventuras de um Economista Brasileiro**. Celso Furtado: Obra Autobiográfica (vol. 2). São Paulo: Paz e Terra, 1997.
- _____. **Formação Econômica do Brasil**. 34ª Edição. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.
- _____. **Obra autobiográfica de C. Furtado**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997.
- IGLESIAS, F., **Introdução à historiografia econômica, Estudos Econômicos, Políticos e Sociais**, nº 11, Belo Horizonte: Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade de Minas Gerais, 1959.
- MANTEGA, Guido. Celso Furtado e o Pensamento Econômico Brasileiro. Disponível in<
<http://www.centrocelsofurtado.org.br/buscaresults.php?searchterm=%22Celso%20Furtado%20e%20o%20pensamento%20econ%C3%B4mico%20brasileiro%22>>
- OLIVEIRA, Francisco de. (coord.). A Navegação Venturosa. (in) Celso Furtado. São Paulo: Ática, 1983. (Coleção Grandes Cientistas Sociais
- _____. org. (1983) Celso Furtado. São Paulo: Editora Ática.
- _____. **A navegação venturosa**. São Paulo: 1981.
- _____. Resenha de formação econômica do Brasil. In: Introdução ao Brasil: um banquete nos trópicos. Org: Lourenço Dantas Mota, Ed. Senac 1999.
- PAULANI, L. Revista de Economia Política. Volume 30. Número1. São Paulo. Março. 2010.
- PEREIRA, Cláudia Gonçalves. Celso Furtado e a Teoria do Subdesenvolvimento. Disponível: http://www.sbsociologia.com.br/portal/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=386&Itemid=171
- PREBISCH, R. El desarrollo económico de América Latina y algunos de sus principales problemas. In: CEPAL. 50 años de pensamiento de la CEPAL, 1949.
- Revista Brasileira de Economia**. Rio de Janeiro: Fundação Getulio Vargas, março de 1950.
- RICARDO, D. Princípios de Economia Política e Tributação. São Paulo: Nova Cultura, 1985,
- ROCHA, D. O. S.; DEUSDARÁ, Bruno. **Análise de conteúdo e Análise do discurso: o lingüístico e seu entorno**. DELTA. Documentação de Estudos em Lingüística Teórica e Aplicada, São Paulo, 2006 v. 22, n.1.
- RODRÍGUEZ, O. O estruturalismo latino-americano – Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

SIMIAND, F. Método histórico e ciência social. Bauru: EDUSC, 2003.

SINAIS SOCIAIS. RIO DE JANEIRO. Volume 7. Número 19. SESC. 2012.

SUNKEL, O. PAZ, P. El subdesarrollo latinoamericano y la teoría del desarrollo. 1970.

SZMRECSÁNYI, T. Celso Furtado. Estudos Avançados, vol. 15, n. 43, 2001.

_____, T. Cinquentenário de A Economia brasileira de Celso Furtado. Boletim Informativo da ABPHE, dezembro de 2003.

_____, T. Retomando a questão do início da historiografia econômica no Brasil. Nova Economia, vol. 14, n. 1, jan.-abr. 2004.

_____, T. Sobre a formação da Formação econômica do Brasil de C. Furtado. In: Estudos Avançados. São Paulo: EDUSP, 13(37), 1999.

_____, T. The contributions of Celso Furtado (1920-2004) to development economics. European Journal of the History of Economic Thought. 12: 691-702, 2005.

SZMRECSÁNYI, T; COELHO, F. S. Ensaios de história do pensamento econômico no Brasil contemporâneo. São Paulo: ATLAS, 2004.

TAVARES, M. C. Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira. Campinas, Unicamp, IE, 1998. In: 30 anos de Economia – Unicamp, no 8. Originalmente apresentada como tese para o concurso de professor titular à FEA/UFRJ, 1978.

_____. Desenvolvimento Regional e Poder Regional. Disponível em <http://rbeur.emnuvens.com.br/rbeur/article/view/392>

LESTER, A. H. The American Economic Review, vol. 50, no. 1, 1960, pp. 209–210. *JSTOR*, www.jstor.org/stable/1813490. VALDÉS, D. E. El pensamiento latinoamericano en el siglo XX: desde la CEPAL al neoliberalismo, 1950-1990. 2ª edição.

